

BOLSONARO ATOLADO



NESTA EDIÇÃO

focus
BRASIL

Entrevista com Silvio Tendler

Lula dispara no Nordeste e também vence em todas as demais regiões do país

Volta da CPI encurrala ainda mais o governo Bolsonaro

80 anos de Ney Matogrosso

INTERDITAR BOLSONARO E REVOGAR A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

em defesa da vida
e da democracia

NEGACIONISMO E IRRESPONSABILIDADE LEVAM BRASILEIROS À MORTE



**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**
SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO:



TRANSMISSÃO:



SIGA O CANAL DA REVISTA



NO YOUTUBE

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Danilo Molina,
Pedro Camarão, Isaías Dalle
e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur
Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,
Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,
Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,
Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,
Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de
Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,
Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,
Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,
Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

Entrevista. Silvio Tendler diz que incêndio na Cinemateca Brasileira é um símbolo do que Bolsonaro quer fazer com o Brasil.

Página 5

Atolado, deteriorado e investigado

Página 11

Pioram as condições de vida do povo

Página 15

CPI retoma trabalhos e empareda Bolsonaro

Página 17

Em entrevista, o neurocientista Miguel Nicolelis trata da presença da variante Delta do coronavírus no Brasil

Página 21

NEY 80 ANOS: como um vulcão em permanente erupção.

Página 47



EDITORIAL

BOLSONARO E A AREIA MOVEDIÇA DO GOLPISMO

Aloizio Mercadante

Bolsonaro está atolado, não governa e se dedica apenas a tentar mobilizar sua base social, cada vez mais reduzida, com seu discurso terraplanista, negacionista e obscurantista. Bolsonaro tenta arrastar as instituições democráticas para a areia movediça da aventura golpista.

Por isso, ainda que tardias, são muito importantes as reações dos ministros Barroso do TSE e Alexandre de Moraes e, agora, Fux, em nome do STF, que procuram estabelecer limites aos recorrentes e cada vez mais rebaixados e agressivos ataques do ex-capitão às cortes superiores e ao principal fundamento da democracia, a soberania do voto popular.

Lamentavelmente, ao que tudo indica, as Forças Armadas não se comprometeram com esse movimento de preservação dos valores republicanos e do estado democrático de direito e sua hierarquia está sendo exposta a esse lamaçal de Bolsonaro.

O Congresso Nacional, especialmente a Câmara dos Deputados e seu presidente, parece mais ocupado com o fisiologismo e com os próprios privilégios do que com a

tragédia sanitária e com a grave crise econômica do país. Com Bolsonaro, cerca de 53% dos investimentos públicos são de emendas parlamentares impositivas, fragilizando a baixa capacidade do Estado de atuar sistemicamente para a recuperação econômica e a proteção social de uma multidão de brasileiros desempregados e lançados à pobreza e à fome.

O Centrão segue passando a boiada. O projeto de grilagem de terra e o regime de urgência da reforma tributária, que retira R\$ 24 bilhões de governadores e prefeitos a partir de 2023, que antecipa receitas de governo futuros, que concede novos benefícios, que não tributa os ricos e super ricos e que agrava a injustiça tributária, já foram aprovadas. Além disso, a privatização dos Correios, uma empresa que lucrou R\$ 12 bilhões em 20 anos e repassou 73% de seus resultados para o Governo, também já foi votada a toque de caixa.

Temos ainda a tentativa de aprovar o distritão, que fragiliza os partidos, que aumenta o peso do poder econômico e que reduz a diversidade da representação parlamentar. E se não bastasse, está na pauta a reforma administrativa que desmonta o carácter republicano do Estado e que segue tramitando sem debate e participação da sociedade.

Bolsonaro está atolado, por seu negacionismo genocida, pelos esquemas de corrupção que começam a ser revelados, pelo desastre da política econômica, pelo desmonte das políticas públicas e pela profundidade da crise social. Isolado e sem credibilidade, Bolsonaro lança mão de uma PEC para pedalar os precatórios, ou melhor para “motociar” a dívida pública já tramitada em julgado, retirando R\$ 16 bilhões dos estados do Nordeste, em busca de espaço fiscal para um programa que alavanque a campanha eleitoral do ano que vem. Propõe furar o teto para bancar um suposto novo Bolsa Família, com uma série de retrocessos e que pretende dar com uma mão, o que tira com a outra, com o fim do auxílio emergencial.

Como sabe que caminha para uma derrota política certa e que o populismo fiscal não será capaz de retirar o governo desse atoleiro, flerta com o golpismo a partir da narrativa dos imaginários riscos de fraude nas urnas eletrônicas. Defende uma volta ao voto impresso para tumultuar o processo eleitoral e testar nossa democracia no limite. Ameaça ministros do STF com expressões típicas de milicianos. Ao invés de largar a pá e parar de cavar o buraco em que se meteu, Bolsonaro radicaliza no discurso, segue alardeando o golpe e tenta arrastar as instituições democráticas para o atoleiro que o envolve.

A elite financeira acaba de lançar um manifesto tentando se dissociar desse projeto de desconstrução nacional, mas importante foi sócia de Bolsonaro e Guedes desde o início, por adesão ou omissão, e segue apoiando o descalabro dessa política econômica neoliberal e irresponsável com o futuro do Brasil. Os bancos registram lucros recordes, ao lado dos recordes de desemprego e da fome, que já estão presentes em cada esquina das grandes cidades.

Essa conjuntura exige uma reação coesa e consistente das instituições e das lideranças do país em defesa da democracia. É fundamental a realização das eleições de 2022, com respeito a todas as candidaturas que queiram disputar, mas com a garantia plena do resultado e da posse de um novo governo que venha a ser eleito, que ao que tudo indica será o de Lula, a grande liderança portadora de futuro e de esperança para o povo Brasileiro.



“VOCÊ TEM HOJE UM GOVERNO GENOCIDA E ESSE GOVERNO GENOCIDA TEM UMA ESTRATÉGIA DO MAL”

Cineasta diz que incêndio na Cinemateca Brasileira é um símbolo do que Bolsonaro quer fazer com o Brasil. “Eu acho que ele é essa figura patética, burlesca, essa paródia. Talvez ele pudesse ser comparado, mas não resiste dois minutos, ao Grande Ditador do Chaplin, aquela figura caricata”, avalia.

Por Pedro Camarão

Silvio Tandler é conhecido como o “cineasta dos sonhos interrompidos” porque fez muitos filmes sobre figuras históricas que não puderam terminar suas obras. A lista de filmes produzidos por Tandler é longa. O trabalho com personagens marcantes da História do Brasil começou ainda durante a ditadura militar. Em 1968, realizou seu primeiro filme, sobre a Revolta da Chibata. Entretanto, diante da repressão, o filme foi queimado. A censura ao cinema nacional vivida naquele período passa por uma espécie

de reedição na atualidade, com o incêndio da Cinemateca Brasileira. Uma tragédia preparada pelo governo de Jair Bolsonaro, na opinião de Tandler. O cineasta lamenta profundamente a situação e afirma que parte da memória nacional pode ter sido destruída, “o incêndio simboliza, de uma forma violenta e muito triste, o que eles querem fazer com o país. Porque é um incêndio que se alastra pela floresta amazônica, pelo Pantanal, pela arte, pela cultura e pela ciência”, afirma.

Testemunha e estudioso da

História, Tandler diz que a censura às artes e ao cinema é algo que se repete, mas porque os conservadores são incapazes de realizar produções que tenham a mesma qualidade dos filmes “que nós realizamos”, diz ele, “eu aceitaria o confronto de bom grado”. O cineasta ainda falou sobre a figura de Jair Bolsonaro e do quão inacreditável é a sua eleição para a presidência da República. Aos 71 anos, ele está prestes a lançar o filme “A Bolsa ou a Vida”, que mostra a necessidade de se repensar a forma de lidar com o

planeta no futuro. A seguir, leia a íntegra da entrevista:

- O senhor teve um filme queimado pela ditadura militar, então gostaria de saber o que o senhor tem a dizer sobre o incêndio da Cinemateca que foi responsabilidade do governo federal por ter cortado verba, demitido funcionários e paralisado serviços de manutenção, quando o Estado brasileiro deveria presar pela nossa história.

- Eu acho que o incêndio da Cinemateca Brasileira, na situação atual, sem sombra de dúvida, é de responsabilidade do governo federal. Porque não foi por falta de aviso. Eu fui curador do Festival de Brasília do ano passado e dentro do Festival fizemos um evento no qual estavam presentes o Cacá Diegues, o Eduardo Scorel, o Roberto Gervitz - que é o grande articulador em defesa da Cinemateca -, o Vladimir Carvalho e nós fizemos um apelo para que fossem retomadas as atividades em defesa da Cinemateca. Estou te relatando fatos de um ano atrás. Antes disso, o Roberto Gervitz já tinha organizado um movimento em São Paulo pedindo a salvaguarda para a Cinemateca Brasileira. Os cineastas paulistas deram um abraço no prédio da Cinemateca e não só foram gestos públicos. Durante esse tempo todo, independente de questões político-ideológicas, eles ficaram de tratativas com o governo. Se dirigiram àquela "gaveta" que tem no Ministério do Turismo chamada Secretaria de Cultura e conversaram com os dirigentes da "gaveta". A resposta do governo foi chamar a Polícia Federal e pedir as chaves da Cinemateca. Trancou a Cinemateca e não colocou ninguém em proteção ao patrimônio público. Não tinha um bombeiro, um eletricitista, eu já não falo nem do "povo" da preservação dos arqui-

vos, mas não tinha ninguém que garantisse a segurança física dos prédios e dos acervos existentes dentro.

Então, é uma responsabilidade do governo, sem sombra de dúvida. Agora eles tentam se esquivar e levantam uma coisa absurda de que poderia ter sido um incêndio criminoso. Se foi um incêndio criminoso, eu pergunto: criminoso de quem, cara pálida? Quem se interessava pela morte da memória nacional? Quem assumiu o governo dizendo que

**É UMA
ESTRATÉGIA
PROPOSITAL. ELES
ACHAM QUE TÊM
A ESTRATÉGIA
DA DESTRUIÇÃO
COMO MÉTODO
E NÃO A DA
CONSTRUÇÃO.**

veio para destruir? Quem, desde 2019, asfixia as atividades de arte, ciência e cultura? Desde 2019 a Ancine está paralisada. O Ministério [da Cultura] foi dissolvido. O Ministério e os organismos culturais, hoje, formam um arquipélago, não formam um conjunto. Justamente, para desarticular todos os setores da Cultura. Está acontecendo em toda área pensante do país. É uma estratégia proposital. Eles acham que têm a estratégia da destruição como método e não a da construção. Então, estamos diante desse

quadro catastrófico e o incêndio simboliza, de uma forma violenta e muito triste, o que eles querem fazer com o país. Porque é um incêndio que se alastra pela floresta amazônica, pelo Pantanal, pela arte, pela cultura e pela ciência. Recentemente, nós tivemos no CNPq o apagão dos Currículos Lattes. Sumiram milhares deles. Sumiram pesquisas. Para mim, aquilo foi um balão de ensaio. As pessoas protestaram e os currículos reapareceram, inclusive o meu. É como se você pudesse jogar pela janela uma carreira de 41 anos.

- O senhor falou um pouco sobre o simbolismo do incêndio, mas gostaria que você detalhasse um pouco mais, simbolicamente, o que é a destruição da Cinemateca.

- A Cinemateca é o maior acervo de conjunto da história audiovisual do país. Existem outras cinematecas no Brasil, regionais, com bons acervos, inclusive. Mas a Cinemateca de São Paulo foi sendo organizada para ser uma espécie de cinemateca-mãe. Ela teve uma reforma, "ganhou" um antigo matadouro de São Paulo que foi todo reformado e virou local não só de depósito de matrizes, mas também de atividades culturais. Ela teve esse depósito secundário que também pertence à Cinemateca diante do volume de material existente. E ali você tem materiais que vão do começo do cinema até o dia de ontem. No período, por exemplo, em que a Ancine teve um protagonismo muito forte nas atividades cinematográficas, fazia parte do contrato dos produtores que eram patrocinados pela Ancine, o depósito legal de uma cópia do filme na Cinemateca. É uma medida que se toma em vários outros países. Todo filme produzido tem que depositar uma cópia de boa qualidade na Cinemateca

que ficará como uma matriz daquele filme, que será depositado em condições de umidade e temperatura para que ele possa ser preservado. Então, toda essa produção desses anos que está lá, se for queimada, é, mais uma vez, a morte da memória nacional.

Talvez já tenha gente que saiba a avaliação real do que foi queimado nesse último incêndio, mas circularam boatos, não sei até que ponto é verdade, mas que os acervos do Carlinhos Niemeyer, do Canal 100, estariam lá dentro. Então, as melhores imagens dos jogos de futebol e tal estariam lá dentro. Seria um crime isso. Mas eu não sei dizer qual é o volume do material que foi afetado e o que nós perdemos. O que eu posso dizer é que se for um fotograma, já é muito.

- A Ancine sofreu uma intervenção direta do governo Jair Bolsonaro que, entre outras medidas, vem realizando cortes no orçamento do Fundo Setorial Audiovisual. O setor é um dos mais afetados no campo da cultura. Como o senhor enxerga essa perseguição ao cinema brasileiro e de que forma a Ancine está sabotando o cinema nacional nesse momento?

- Na verdade, as pessoas se equivocam um pouco quando elas imaginam que o cinema brasileiro, que o Fundo Setorial Audiovisual, sobretudo, é financiado por verbas públicas. Então, a primeira coisa que um "bolsomion" te diz é "com o meu dinheiro não. Quer fazer tua propaganda, pega do teu dinheiro e faz". Esse, além de mau eleitor, porque tem um péssimo gosto político-eleitoral, é um ignorante porque o financiamento do setor audiovisual vem do Condecine [Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional]. São taxas e impostos que os produtores, quando tiram o

certificado de produto brasileiro pagam. Quando as televisões importam filmes, elas pagam uma taxa, ela vai para o fundo. Quando você compra um celular você paga uma taxa, essa taxa vai para o fundo. Então, não há um investimento direto do governo na produção do audiovisual. A Ancine é autônoma, ela é independente. E o financiamento das outras áreas, elas têm recursos parcos, mas são sobretudo oriundas de renúncia fiscal. Então, não existe essa coisa de estar tirando comi-

EU ADORARIA QUE ME APRESENTASSEM FILMES DE DIREITA COM A QUALIDADE QUE NÓS FAZEMOS OS NOSSOS, MAS ELES NÃO CONSEGUEM.

da da boca de criança para jogar em arte e cultura, não existe isso. É uma balela. E fora isso, as atividades artísticas e culturais são fundamentais na sedimentação de um pensamento brasileiro. É fundamental para o país que elas existam.

O setor de arte e cultura e, proeminentemente, o cinema, gera empregos. É uma atividade extremamente rentável, qualificada. Você tem no campo profissional cinematográfico mais de 300 mil profissionais envolvidos dire-

tamente e muito mais indiretamente e ainda têm indústrias que prestam serviços para o cinema. Você tem um quadro que gera empregos, que gera qualidade de vida e o próprio custo do Ministério da Cultura, quando esses governos paquidérmicos, de mau gosto, fecham o Ministério por razões de enxugamento da máquina, por razões de economia, eles esquecem de informar à população que o orçamento do Ministério é inferior a 1% do conjunto de despesas ministeriais. Fechar um Ministério que tem essa importância e que tem um custo operacional tão baixo, é muito mais uma medida discriminatória do que de economia.

- Ainda sobre esse ataque à arte e à cultura. Gostaria que você comentasse um pouco mais sobre esse período que é muito tenebroso, né. Essa tentativa de apagamento de uma parte da história e até de reforçar o que podemos chamar de cultura conservadora.

- Eu aceitaria de bom grado o confronto ideológico. Eu adoraria que me apresentassem filmes de direita com a qualidade que nós fazemos os nossos, mas eles não conseguem. Eles são incompetentes, eles são desqualificados, eles são despreparados. O cinema de direita já houve no Brasil. É um cinema ruim, de má qualidade. Em 1972, auge da ditadura militar, governo Médici, eles fizeram um filme em comemoração à independência do Brasil. Foi um fracasso. Fracasso. Toda a "grana" do mundo, elenco de primeiríssima qualidade, não vou citar os atores em respeito a eles, mas foi um fracasso. Você não cria heróis a fórceps. Então, na mesma época em que o Pasquim viralizava no país, em que o Joaquim Pedro de Andrade fez Os Inconfidentes - de Minas Gerais - com recursos italianos porque aqui ele não

conseguia, a RAI italiana bancou Os Inconfidentes com José Wilker, Carlos Kroeber, com um baita elenco em um filme sobre a inconfidência baseado nos Autos da Devassa e no Romanceiro da Inconfidência, da Cecília Meireles, eles tentaram fazer o Independência ou Morte. Vamos para o confronto.

Eles fizeram recentemente um filme sobre a vida do Edir Macedo, fizeram filme sobre os 10 mandamentos. Não resiste [repete a mesma expressão rindo ironicamente]. Então, eles não têm a capacidade de fazer e aí eles censuram por conta da incapacidade de fazer igual ou melhor. E já que eles não fazem, ninguém pode fazer. Mas você teve pensadores conservadores no país de qualidade, mas não é o caso desse aprendiz de ditador.

- Falando nesse "aprendiz de ditador", pensei em como lhe perguntar sobre o Bolsonaro. Se perguntaria a qual personagem de filme ou a qual filme ele poderia ser comparado e o porquê. Mas confesso que não sei se seria por aí. O fato é que gostaria que o senhor falasse sobre essa figura pitoresca e nefasta que, por mais medíocre que seja, está no cargo mais alto da República. Então, você que é um documentarista, primordialmente, e por esse motivo já estudou tanto o Brasil, como é impressionante que o país tenha feito isso democraticamente, que tenha chegado a esse lugar.

- "Cara", eu acho que essa tua pergunta é irrespondível. Não dá para entender como esse "cara" teve 57 milhões de votos. Não dá para entender. Eu acho que ele é essa figura patética, burlesca, essa paródia. Talvez ele pudesse ser comparado, mas não resiste dois minutos, ao Grande Ditador do Chaplin, aquela figura caricata. Não sei. Eu comparo muito o

[Paulo] Guedes ao Dr. Fantástico do Stanley Kubrick, aquele "cara" que viaja sentado numa bomba atômica, que quer fazer aquela coisa ciclotímica. E comparo também aquele general que ameaçou o Supremo e manteve o Lula preso [General Villas Boas] a essa mesma figura do Kubrick. São duas figuras nefastas e necrófilas na vida brasileira. O genocida, ele é uma figura abjeta. Ele se elegeu pela desarticulação das forças democráticas.

LULA TEM ESSA CONSCIÊNCIA DE QUE ELE PRECISA UNIR FORÇAS NUM PROJETO COMUM DE NAÇÃO.

A gente se atrapalhou no meio do campo, ficou todo mundo chutando "fogo amigo" e ele conseguiu ocupar esse espaço. Ele foi eleito presidente da República sem participar de um debate. Vou te falar com toda franqueza, eu tenho muitas dúvidas daquela facada de Juiz de Fora. Eu não entendo como as esquerdas não pediram uma comissão internacional para apurar os acontecimentos. A quantidade de pessoas que morreu em torno daquele evento, o [Gustavo] Bebianno que era o "carro-chefe" dele teve infarto e morreu, a dona da pensão em que o Adélio esteve também morreu, o Adélio está lá num depósito de

mortos-vivos, isolado da sociedade, ninguém ouviu o Adélio. Uma coisa fechada. Eu acho que eles devem essa informação à opinião pública. E acho que nós fomos incompetentes no trato da questão. Nós considerávamos tão fácil a derrota dele no 2º turno para qualquer outro candidato que não consideramos isso. E o resultado está aí, o país purgando esse equívoco. Agora, o que me chama a atenção disso tudo é a votação que ele teve que foi surpreendente.

- Temos um novo embate com essa figura em 2022 e temos a volta do Lula, como o senhor está vendo o cenário político?

- Eu já votei no Lula em todas as eleições daqui para trás e, muito possivelmente, vou votar nele daqui para frente. Agora, eu diria a meus amigos do PT para "tirar o salto alto". Eu acho que tem correntes dentro do PT que estão acreditando nessa eleição como uma coisa tranquila, e eu acho que eu já aprendi em eleições anteriores. Sempre convivi muito em torno de eleições e já ouvi de um deputado que não foi reeleito, quando disseram para ele "você está eleito", ele falou "pelo amor de deus, não diz isso. Eleito é voto na urna". Então, eu diria a meus amigos do PT para tomarem muito cuidado com esse certo triunfalismo que circula nas redes petistas, eu também circulo entre essas redes, e que considera a eleição do Lula, tranquila. Vou chamar atenção para uma eleição em que eu estive muito perto, em 1994. Nesse ano, o Lula partiu com 44% de intenções de voto, mas com duas medidas o Lula chegou no fim do 1º turno com 22% e o FHC eleito no 1º turno. E foram duas coisas que ninguém atentou. Uma, foi que o Lula passou um bom tempo rodando esse país nas Caravanas da Cidadania para juntar ma-



Reprodução

material para campanha e quebrar o mito de que o Lula não estava qualificado para ser presidente da República. Ele viajou acompanhado de grandes intelectuais, lideranças políticas, sociais, sindicais, artistas. Todo mundo entrou no ônibus do Lula e ele foi criando material para campanha, mas passaram no Congresso uma lei que proibia usar material externo na campanha eleitoral. E assim quebraram a perna da campanha do Lula. Todo o material que ele recolheu perdeu a validade. Então, essa foi a primeira coisa que quebrou.

E a segunda foi o Plano Real. FHC era o ministro de Relações Exteriores do Itamar, o chamaram, disseram que ele deveria assumir as finanças e inventaram o Plano Real da noite para o dia e o PT não entendeu a importância do Plano Real. Aí desmantelou a campanha do Lula. Eu estava lá e vi de 44%, o Lula cair para 22%. Bom amigo é quem fala a verdade.

- Quer dizer, o campo democrático e progressista precisa se preparar para muita luta.

-Acho que o Lula tem essa maturidade hoje e essa consciência de que sozinho ele não ganha essa eleição. Ele, hoje, tem essa consciência de que ele precisa unir forças num projeto comum de nação. Acho que nós estamos precisando disso, o Brasil pede isso. O Brasil pede essa humildade, seja quem for. E a unidade contra o fascismo. Porque, na verdade, puxando pela História, na Alemanha que virou nazista, os comunistas e os socialistas resolveram brigar entre eles e o Hitler ganhou as eleições. Isso aconteceu um pouco conosco aqui em 2018 e não pode se repetir em 2022 porque aí vai ser uma viagem sem retorno. Acho que a gente está conseguindo, apesar dos pesares, apesar dos 560 mil mortos - isso é uma guerra civil, 560 mil mortos é mais do que uma guerra do Vietnã, e acontece pelo projeto de gover-

no de deixar o país explodir. O que está acontecendo no Brasil, 15 milhões de desempregados, nós não temos uma estatística de quantas pessoas morreram de inanição nesse período, os desabrigados. Você tem hoje um governo genocida. E esse governo genocida tem uma estratégia do mal, uma força de resistência que a gente não pode vacilar e acreditar que eles chegaram batendo no teto. Acho que não. Acho que a gente tem que brigar para tirar esses caras do poder.

E aí vai ser um trabalho muito grande nosso para desmontar as milícias, desalojar do poder esses tantos militares que estão juntando os "caraminguás" no governo, mas pior do que isso, controlando o país, mapeando o país. Eles são do mal. Temos que tomar cuidado com isso tudo. E vamos ter que remontar uma política cultural, de emprego, de desenvolvimento industrial que represente um revigoramento do país. •



ATOLADO, DETERIORADO E INVESTIGADO

Ex-capitão parte para o ataque contra a democracia, agride ministros do Supremo Tribunal Federal e acaba a semana investigado e derrotado na Câmara dos Deputados

Da Redação

O fiasco das manifestações da extrema direita em favor do voto impresso, no último fim de semana, não impediu o presidente Jair Bolsonaro de subir o tom contra a democracia e contra o sistema eleitoral brasileiro. Já na segunda-feira (2), Bolsonaro partiu para o ataque contra o Tri-

bunal Superior Eleitoral (TSE) e acusou o presidente a corte, Luís Roberto Barroso, de querer uma eleição suja em 2022.

"Quem quer eleição suja e não democrática é o ministro Barroso. Esse cara se intitula como não pode ser criticado", disparou o mandatário, em conversa com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada. Também voltou a mentir e declarou que a conta-

gem dos votos seria feita em uma sala secreta no TSE, alegação já desmentida pelo órgão.

Dessa vez, a reação aos ataques de Bolsonaro tardou. Na mesma data, o TSE aprovou a abertura de um inquérito e o envio de uma notícia crime ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que Bolsonaro seja investigado no inquérito das fake news de 2019, por ataque ao sistema



eleitoral

"Há coisas erradas acontecendo no país e nós todos precisamos estar atentos. Precisamos das instituições e precisamos da sociedade civil, ambas bem alertas. Nós já superamos ciclos do atraso institucional, mas há retardatários que gostariam de voltar ao passado. E parte dessas estratégias incluem o ataque às instituições. Uma das manifestações do autoritarismo no mundo contemporâneo é precisamente o ataque às instituições, inclusive o ataque às instituições eleitorais que garantem um processo legítimo de condução aos mais elevados cargos da República", defendeu Barroso.

Diante da decisão do TSE, Bolsonaro resolveu dobrar a aposta golpista e, na terça-feira (3), disse que não iria aceitar "intimidações" e que eleições "duvidosas" não serão realizadas em 2022. "O ministro Barroso presta desserviço à nação brasileira, cooptando agora gente de dentro do Supre-

mo, né, querendo trazer para si, ou de dentro do TSE, como se fosse uma briga minha contra o TSE ou contra o STF. Não é. É contra ministro do Supremo que é também presidente do TSE

"HÁ COISAS ERRADAS ACONTECENDO NO PAÍS E NÓS TODOS PRECISAMOS ESTAR ATENTOS. PRECISAMOS DAS INSTITUIÇÕES E PRECISAMOS DA SOCIEDADE CIVIL, AMBAS BEM ALERTAS", DIZ BARROSO

querendo impor a sua vontade", falou.

Entretanto, o arroubo autoritário do presidente não surtiu efeito. Na quarta-feira (4), o ministro Alexandre de Moraes do STF acatou o pedido do TSE e incluiu Jair Bolsonaro como investigado no inquérito das fake news. A decisão de Moraes cita que o ex-capitão pode ter incorrido em 11 crimes, tais como calúnia, difamação, injúria, incitação ao crime, associação criminosa e denúncia caluniosa.

Além disso, a tentativa de mudar mediante emprego da violência o regime vigente, fazer propaganda de processos violentos para alteração da ordem política e a incitação a subversão da ordem. Moraes baseia a decisão no argumento de que Bolsonaro fez afirmações falas e criou narrativas para deslegitimar as instituições e estimular ataques às próprias instituições e às urnas eletrônicas.

Descontrolado, Bolsonaro



aumentou a fervura e disse que o antídoto para a inclusão dele como investigado não está “dentro das quatro linhas da Constituição”. “Olha, eu jogo dentro das quatro linhas da Constituição. E jogo, se preciso for, com as armas do outro lado”, ameaçou.

O presidente também desferiu ataques pessoais contra o ministro Alexandre de Moraes. “A hora dele [Moraes] vai chegar”, disse o presidente. “Não dá para continuarmos com ministro arbitrário, ditatorial”, completou em entrevista à Rádio 93 FM, do Rio de Janeiro.

Nas redes sociais, Moraes declarou que “ameaças vazias e agressões covardes não afastarão o Supremo Tribunal Federal de exercer, com respeito e serenidade, sua missão constitucional de defesa e manutenção da Democracia e do Estado de Direito”.

A quinta-feira (5) também trouxe más notícias para Bolsonaro. Em reação aos recorrentes ataques do ex-capitão às institui-

ções democráticas do país, o presidente do STF, ministro Luiz Fux, declarou que Bolsonaro não cumpre a própria palavra e cancelou a reunião entre os três poderes que havia convocado. ““Como afirmei em pronunciamento por

**"AMEAÇAS VAZIAS
E AGRESSÕES
COVARDES NÃO
AFASTARÃO O
STF DE EXERCER,
COM RESPEITO
E SERENIDADE,
SUA MISSÃO
CONSTITUCIONAL “,
DEFENDE MORAES**

ocasião da abertura das atividades jurisdicionais deste semestre, diálogo eficiente pressupõe compromisso permanente com as próprias palavras, o que, infelizmente, não temos visto no cenário atual”, declarou.

O presidente do STF também se solidarizou com os ministros Barroso e Moraes, alvos de ataques de Bolsonaro e disse que “quando se atinge um dos integrantes do tribunal, se atinge a corte por inteiro”. Criticou ainda o fato de o mandatário do país manter “a divulgação de interpretações equivocadas de decisões” do Supremo e de insistir “em colocar sob suspeição a higidez do processo eleitoral brasileiro”.

O isolamento de Bolsonaro avança ainda entre alguns de seus aliados. Matéria do jornal Folha de São Paulo de sexta-feira (6) revelou que, em conversar reservadas, comandantes do Alto-Comando do Exército tem manifestado concordância com o gesto de Fux. “Generais afirmam

que a reação de Fux faz sentido, diante do reiterado comportamento de Bolsonaro, que deixa claro que não quer conversa, na visão desses militares”, aponta a reportagem.

Segundo a matéria, a caserna afirma que não há possibilidade de um golpe de Bolsonaro. “No Alto-Comando, existe um temor real de que se repitam no Brasil as cenas vistas nos Estados Unidos após a derrota do republicano Donald Trump, ídolo de Bolsonaro, para o democrata Joe Biden”, revela.

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) foi outro que deixou evidente a discordância com as agressões de Bolsonaro. “Nem o presidente da República, nem qualquer cidadão podem agredir a Suprema corte do país” e “todos aqueles que pregarem retrocessos democráticos para 2022 serão apontados pelo povo e pela história como inimigos da nação” declarou o parlamentar à GloboNews.

Em outro recado a Bolsonaro, empresários, banqueiros, acadêmicos, políticos, personalidades e intelectuais aderiram a um manifesto em defesa do sistema eleitoral e da ordem democrática. O documento, que está aberto para apoios na internet, conta com cerca de 6 mil assinaturas, conforme balanço parcial dos próprios organizadores.

Bolsonaro também foi derrotado com a questão do voto impresso na Câmara dos Deputados. A Comissão Especial que analisa a PEC que torna obrigatório o voto impresso rejeitou, na noite da quinta-feira (5) o parecer do relator, deputado Filipe Barros (PSL-PR), favorável à proposta. Foram 23 votos contrários e 11 favoráveis. o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) - coordenador da bancada petista no colegiado - destacou que, diante dos retrocessos contidos na proposição,



Reprodução

não havia outro caminho saudável para a democracia a não ser derrotar o voto impresso.

**EMPRESÁRIOS,
BANQUEIROS,
ACADÊMICOS,
POLÍTICOS,
PERSONALIDADES
E INTELLECTUAIS
ADERIRAM A UM
MANIFESTO EM
DEFESA DO SISTEMA
ELEITORAL E DA ORDEM
DEMOCRÁTICA.**

“Na nossa opinião, defendemos o voto transparente, mas entendemos que atualmente existem mecanismos de aferição de que o voto do cidadão é respeitado. É sempre possível aprimorar, nisso nós concordamos. O que não concordamos é com o voto impresso”, explicou.

O atoleiro em que Bolsonaro se meteu parece longe do fim. A degradação da imagem e do apoio popular ao governo são cada vez maiores, como revelam todas as pesquisas de opinião recentes. A CPI da Pandemia no Senado Federal avança sobre fortes indícios de corrupção na compra de vacinas contra a Covid-19 e a equipe econômica se mostra cada vez mais inoperante para apresentar soluções de enfrentamento do desemprego, da fome e da miséria crescentes e de retomada do crescimento. O Brasil tem no governo um presidente atolado, deteriorado e, agora, investigado.

PIORAM AS CONDIÇÕES DE VIDA DO POVO

A política de Bolsonaro é contra o povo. Algumas medidas são claramente tomadas com esse objetivo. Por outro lado, os resultados são fruto do simples descaso. O que no fundo é a mesma coisa.

Por Artur Araújo e Isaías Dalle

DESEMPREGO NAS ALTURAS

Numa de suas mais acintosas declarações, o então candidato Bolsonaro disparou: “O trabalhador terá que escolher entre mais direito e menos emprego, ou menos direito e mais emprego”.

Nem uma coisa nem outra. O desemprego é um flagelo nacional e os direitos trabalhistas viraram ficção para a maioria da população. Eis o cenário atual, segundo os dados oficiais:

14,8
milhões de
desempregados

6
milhões
que desistiram
de procurar
emprego

34,2
milhões na
informalidade

33,3
milhões
de trabalhadores
subutilizados

O quadro não é responsabilidade da pandemia apenas. Em janeiro de 2020, um mês antes do primeiro caso de Covid-19, o desemprego no Brasil havia atingido 11,9 milhões de pessoas (11,2%), e o total de pessoas fora da força de trabalho chegou a quase 66 milhões - um recorde desde 2012.

Além do desemprego e das ocupações por conta própria, o poder de compra das pessoas e das famílias é cada vez mais baixo. Alguém que ganha o salário mínimo precisa gastar 55% da renda mensal se quiser comprar os alimentos da cesta básica, segundo os dados mais recentes do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Isso é resultado da combinação da destruição do mercado de trabalho e da inflação.

INFLAÇÃO E FOME

Desemprego e trabalho precário (sem direitos sociais), no governo Bolsonaro, juntam-se à inflação que atinge vários produtos, especialmente os essenciais à vida, como alimentos e produtos para a casa.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), acumulado em 12 meses, chegou a 8,35% em junho, mas a Inflação de alimentos bateu 15,3%. Dentre os quais se destacam:

Arroz **+48%**

Feijão **+22%**

Carne **+38%**

Leite **+11%**

+24%
Gás de
cozinha

+86,87%
Óleo de soja

Esse tipo de inflação penaliza mais os pobres do que os ricos, porque são os trabalhadores e trabalhadoras que gastam a maior parte do que ganham com produtos essenciais, lembra a economista Juliane Furno. “Essa inflação acirra o conflito distributivo. Os mais ricos acabam gastando menos, porque os preços dos serviços - cabeleireira, escola particular, trabalhadora doméstica e outros - estão caindo”, diz Juliane.

E mesmo quando esse movimento de subida de preços se estabilizar, a situação será muito ruim para a classe trabalhadora, segundo a economista. “Quando o preço da comida parar de subir, os índices vão registrar que a inflação não existe mais. Porém, os aumentos anteriores vão permanecer, enquanto a renda dos trabalhadores vai continuar baixa”.

CHOQUE NAS TARIFAS

Energia elétrica, gás de cozinha, combustíveis. Todos esses preços têm o dedo do governo. A forma como são conduzidas as empresas estatais que devem operar nesses setores influenciam diretamente na inflação.

No caso dos combustíveis e da energia (que subiu 57% desde o início do atual governo), a venda de ativos como distribuidoras, e a paralisação de obras em andamento, como as plataformas de petróleo enferrujando em estaleiros, vão ajudando na inflação.

Outra decisão que prejudica o povo é permitir que as tarifas sigam os preços do mercado internacional, cotados em dólar. Hoje o dólar custa mais de R\$ 5. Além disso, o governo deveria cuidar da produção interna, para garantir oferta dos produtos a preços compatíveis com a realidade do povo. O mesmo ocorre com a comida: o governo deveria manter estoques reguladores e estabelecer regras para conter a exportação, além de promover a agricultura familiar.

ALUGUÉIS ESTOURAM O TETO

Nos últimos 12 meses, até julho, a inflação dos aluguéis bateu em 34%, o maior índice desde a implementação do Plano Real. O cálculo é feito com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas.

Junto com os preços de outros itens, os aluguéis tendem a empurrar mais pessoas para a situação de rua. “Muitos despejos ocorrem sem ação judicial, por intervenção direta do proprietário. E isso escapa às estatísticas e o inquilino, sem informação, aceita”, esclarece Raimundo Bonfim, da coordenação de Central de Movimentos Populares (CMP).

Enquanto isso, a situação é crítica. Segundo a campanha Despejo Zero, 14.500 pessoas já foram desalojadas de ocupações durante a pandemia e mais de 90 mil outras estão sob ameaças de ordens de reintegração de posse já expedidas. “Estamos revertendo esses despejos com base na decisão do STF”, diz Bonfim, referindo-se à suspensão, por seis meses, de despejos e reintegrações de posse contra pessoas vulneráveis determinada pelo ministro Luís Roberto Barroso, em junho deste ano. Se dependesse de Bolsonaro, as pessoas continuariam sendo despejadas, sem proteção. Em junho, ele vetou decisão da Câmara dos Deputados neste sentido. •





CPI RETOMA TRABALHOS E EMPAREDA BOLSONARO

Integrantes da CPI afirmam que crime sanitário já está comprovado. Casos de corrupção na compra de vacinas serão o foco das investigações

Por Danilo Molina

A retomada dos trabalhos da CPI da Pandemia no Senado Federal, esta semana, coloca ainda mais pressão sobre o já deteriorado governo de Jair Bolsonaro. Além de manter na pauta o descontrole que foi a gestão da pandemia no Brasil, que levou a morte de mais de 560 mil brasileiros, a Comissão avança agora sobre outro ponto nevrálgico para o governo: as denúncias de corrupção no Ministério da Saúde.

No início da semana, o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), deu o tom de como devem prosseguir os trabalhos da Comissão. “Não tenham dúvidas que iremos aprofundar ainda mais os trabalhos. É o que sempre falo, não investigamos pessoas, investigamos fatos e os fatos chegam à pessoas”, publicou em uma rede social.

O senador Humberto Costa (PT-PE) destacou que mesmo durante o recesso parlamentar houve avanços na investigação. “Foram feitos vários cruzamentos, especialmente, da parte da quebra de sigilo bancário, fiscal,

telefônico, telemático e isso permitiu a abertura de novos veios para essa investigação”, declarou.

Para a maioria dos integrantes da CPI já há provas robustas

dois casos de corrupção na compra de vacinas.

O primeiro veio à tona a partir da denúncia de um policial militar de Minas Gerais Luiz Paulo Dominghetti, que afirmou ter sido achacado pelo então diretor do órgão Roberto Dias, em um jantar em Brasília. Dominghetti declarou na CPI que Dias cobrou dele uma propina de US\$1 por dose de vacina que seriam vendidas ao Ministério da Saúde.

Dominghetti atuava como representante da empresa Davati e prometeu ao governo federal 400 milhões de doses da vacina Astrazeneca que ele nunca teve. A negociata teria sido intermediada por um líder religioso, reverendo Amilton Gomes de Paula, e o encontro em que teria ocorrido o pedido de propina pelo coronel da reserva e ex-assessor do Ministério da Saúde, Marcelo Blanco.

Ambos, reverendo Amilton e coronel Blanco, foram escutados na CPI esta semana e negaram qualquer envolvimento no caso de corrupção. Entretanto, durante o processo de inquirição caíram em diversas contradições.

Durante o depoimento do reverendo Amilton, que chegou

**DOCUMENTO
COMPROVA
ATUALIZAÇÃO DE
US\$1 NO VALOR DE
VENDA DA VACINA,
MESMO VALOR
DENUNCIADO
COMO PEDIDO
DE PROPINA**

de que houve crime sanitário de Bolsonaro e de integrantes do governo dele na condução da pandemia. Com isso, foco das investigações se voltam para os



a chorar e a pedir desculpas ao povo brasileiro, o vice-presidente da CPI, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentou um documento em que há uma atualização na proposta dos preços das vacinas oferecidas pela Daviti de US\$ 10 para US\$11, ou seja, com o aumento de US\$1 por dose, justamente o valor que Dominghetti denunciou como sendo o do pedido de propina.

Os senadores também estranharam o fato de o reverendo Amilton ter conseguido fácil acesso ao Ministério da Saúde. O religioso disse que enviou e-mail ao Ministério da Saúde no dia 22 de fevereiro, pedindo uma reunião, e foi atendido no mesmo dia. Em contraponto, a Pfizer mandou mais de 100 mensagens oferecendo vacinas ao governo Bolsonaro e sequer foi respondida.

Já o coronel Blanco baseou o depoimento dele no argumento de que estava em contato com Dominghetti para prospectar uma oportunidade de negócios

DEPUTADO ALEGA TER INFORMADO DIRETAMENTE A BOLSONARO SOBRE AS IRREGULARIDADES NA COMPRA DE VACINAS

para a venda de vacinas para a iniciativa privada, prática que sequer era permitida na época em que Blanco e Dominghetti mantiveram contato. Blanco admitiu que levou o Dominghetti para o

jantar com Dias, mas defendeu que não houve qualquer tentativa sobre propinas.

Na ocasião, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) confrontou Blanco e disse que ele mentiu durante todo o depoimento. “O senhor tentou dar a impressão aqui de ter boa intenção, mas finge patriotismo e participa da tentativa de dar um golpe grotesco na administração pública. O senhor agiu na ilegalidade, porque tinha informações privilegiadas do Ministério da Saúde”, destacou.

O segundo caso de irregularidades na compra de vacinas que deve voltar ao debate da Comissão envolve o processo de compra da Covaxin. O deputado federal Luis Miranda (Dem-DF) e o irmão dele Luis Ricardo Miranda, que é servidor do Ministério da Saúde, denunciaram que houve pressão do alto escalão do governo Bolsonaro para a compra dessa vacina, mesmo com irregularidades nos documentos, como a previsão de pagamento antecipado e depósitos em um paraíso

ESPIONAGEM ILEGAL

Senador denuncia que ministro da Defesa enviou emissários para investigar de forma ilegal a vida dele

Outro assunto que ganhou relevância na CPI da Pandemia, esta semana, foi a denúncia do senador Rogério Carvalho (PT-SE) de que dois oficiais do Exército, uma da reserva e um da ativa, foram à Sergipe para bisbilhotar a vida dele.

“Eu quero dizer ao senhor Braga Netto, que foi o emissário do oficial do Exército para fazer espionagem contra um parlamentar, um senador da República, que eu não tenho medo, que eu não abrirei mão das minhas convicções, que eu entrego a minha vida pela causa que eu defendo, que ninguém vai me intimidar”, afirmou o senador Rogério.

O senador sergipano também pontou que o Exército não existe para defender partido político ou posição política ideológica, mas para defender a Constituição, as instituições democráticas. Destacou ainda que a instituição está submetida, inclusive, ao poder legislativo, e não está autorizada a bisbilhotar a vida de nenhum parlamentar.

Após a denúncia, segundo noticiou a imprensa, Braga Netto teria telefonado para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para negar a espionagem ilegal.

O senador petista atribuiu a tentativa de intimidação ao fato dele ter solicitado, na CPI, a quebra dos sigilos e das trocas de e-mail entre Braga Netto e o Ministério da Saúde, no tempo em que ele era ministro da Casa Civil.●



Braga Netto e Guedes terão que explicar uso de dinheiro do SUS com militares

fiscal para uma empresa que não constava no contrato.

A venda da Covaxin ao Ministério da Saúde foi intermediada pela empresa Precisa e o processo de aquisição só interrompido após a denúncia se tornar pública pela CPI. O deputado Luis Miranda chegou a afirmar que informou diretamente a Bolsonaro sobre as irregularidades, mas que nenhuma medida foi tomada pelo governo.

Ações no TCU

Para piorar a situação do governo, o Tribunal de Contas da União determinou, esta semana, que os ministérios da Defesa e da Economia expliquem o uso de recursos destinados ao combate à pandemia em gastos militares. A decisão do ministro Bruno Dantas é focada em indícios de mau uso de verba que se tornou público em estudo da procuradora

Élida Graziane, do Ministério Público de Contas de São Paulo, enviado à CPI da Pandemia.

Dos recursos extraordinários desembolsados em 2020 pela União para o combate à covid, a Defesa ficou com R\$ 435,5 milhões. Parte desse recurso, que deveria ter sido utilizado na combate à pandemia, foi empregado para o pagamento de energia elétrica, água, esgoto, gás e serviços domésticos, entre outros.

Além disso, por 5 a 3, o TCU decidiu que o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello e o ex-secretário executivo da pasta Elcio Franco, ambos abrigados por Bolsonaro no Palácio do Planalto, terão que responder pela atuação deles na pandemia. Além de enfrentar um processo por descumprimento de determinações do próprio Tribunal, Pazuello e Franco terão que responder por omissões para o enfrentamento da Covid-19.●



Foto: Deivyson Teixeira

Nicolelis: situação ainda é muito grave e podemos ter explosão de casos

Em entrevista, o neurocientista Miguel Nicolelis tratou da presença da variante Delta do coronavírus no Brasil e reafirmou que governo Bolsonaro foi figura central na disseminação da pandemia.

O neurocientista Miguel Nicolelis que tem se dedicado a pesquisar a forma como o coronavírus se disseminou pelo Brasil, publicou recentemente no Twitter trecho de um documento do Centro de Controle de Doenças dos EUA que considera a variante Delta do coronavírus é mais transmissível do que vírus como Ébola, gripe comum, Influenza e catapora. Em entrevista à revista Focus, ele se diz preocupado com a presença dessa variante no Brasil. Em outros

países, como Índia e Indonésia, ela provocou caos e colapso fune-rário.

- A porcentagem da população brasileira completamente imunizada ainda é baixa. O Brasil continua tendo um número relativamente considerável de novos casos da doença diariamente e um número significativo de pessoas internadas com a forma mais grave do Coronavírus. Como o senhor avalia a situação do Brasil na pandemia hoje?

- Acho que não existe nenhum sinal concreto de que saímos da parte mais crítica da pandemia. Essas quedas por alguns dias, duas ou três semanas, elas ocorrem naturalmente porque quando o vírus atinge um pico de infecção, ele, de certa maneira, tem uma defasagem no número de pessoas suscetíveis. Isso já aconteceu na 1ª onda, já aconteceu no meio da 2ª onda por alguns dias porque foi um crescimento exponencial numa velocidade recorde

no mundo. A situação ainda é extremamente preocupante. Como batemos em 4 mil óbitos por dia, nós naturalizamos esses números.

O Reino Unido que tem 52% da população completamente imunizada passou de 56 mil casos porque a variante Delta explodiu lá e nós ainda não sabemos como a variante Delta vai se comportar no Brasil. Ela está travando uma competição com a variante amazônica. Eu não estou otimista, não. Acho que a situação ainda é muito grave. Nós podemos ter uma explosão de casos a qualquer momento e eu acho que o que estamos vendo na mídia, reaberturas por todo o país, eu considero de uma insensatez e de uma irresponsabilidade tremendas.

- Nesse momento, muitas escolas particulares e alguns governos estaduais pretendem voltar com aulas 100% presenciais com a desculpa de que muitos professores foram vacinados. No entanto, muitos desses profissionais da educação não completaram o ciclo vacinal e temos novas variantes circulando pelo país. Como o senhor avalia essa possibilidade da volta presencial das instituições de ensino?

- Isso aconteceu já em outros países e foi um desastre. Aconteceu em Israel, aconteceu na França, aconteceu no Reino Unido antes do terceiro lockdown que eles fizeram em janeiro, foi por isso que eles chegaram a 1.800 mortes por dia. Eles mostraram que as escolas foram grandes disseminadores de casos até entre crianças. Houve um aumento até no número de crianças infectadas, e no staff das escolas e nos professores.

Recentemente, fizeram uma analogia sensacional sobre a segunda dose, na minha opinião. A analogia é a seguinte: é você entrar num jogo sem goleiro ou com o Everton do Palmeiras. O Everton vai no ângulo buscar a bola, sem

ele qualquer chute no gol entra. A segunda dose é o goleiro. Pode tomar gol? Pode. Mas a chance é bem pequena. Sem goleiro a chance é 100% ou muito alta. Aliás, na Holanda eles tinham uma porcentagem altíssima de 2ª dose, muito melhor do que a do Brasil. Na primeira semana de junho, 500% de aumento de casos porque eles abriram tudo. Fecharam tudo de novo. Então, esse é um vírus sorrateiro, ele tem um poder de adaptação muito grande. E essa variante Delta não mostrou a cara no Brasil ainda.

A NOSSA SORTE É QUE O SUS AINDA EXISTIA AQUI, PORQUE O SUS CONSEGUIU DAR CONTA.

- O senhor chegou a fazer algumas projeções com cenários ainda mais trágicos para o Brasil. No entanto, esse não foi o curso que a tragédia brasileira teve. É evidente que o número de 540 mil mortos é absurdo, mas o cenário nas projeções poderia ter sido ainda pior. O que mudou? O senhor chegou a falar, por exemplo, na possibilidade de um colapso funerário, né.

- Ele aconteceu, pontualmente. Aconteceu em cidades no interior.

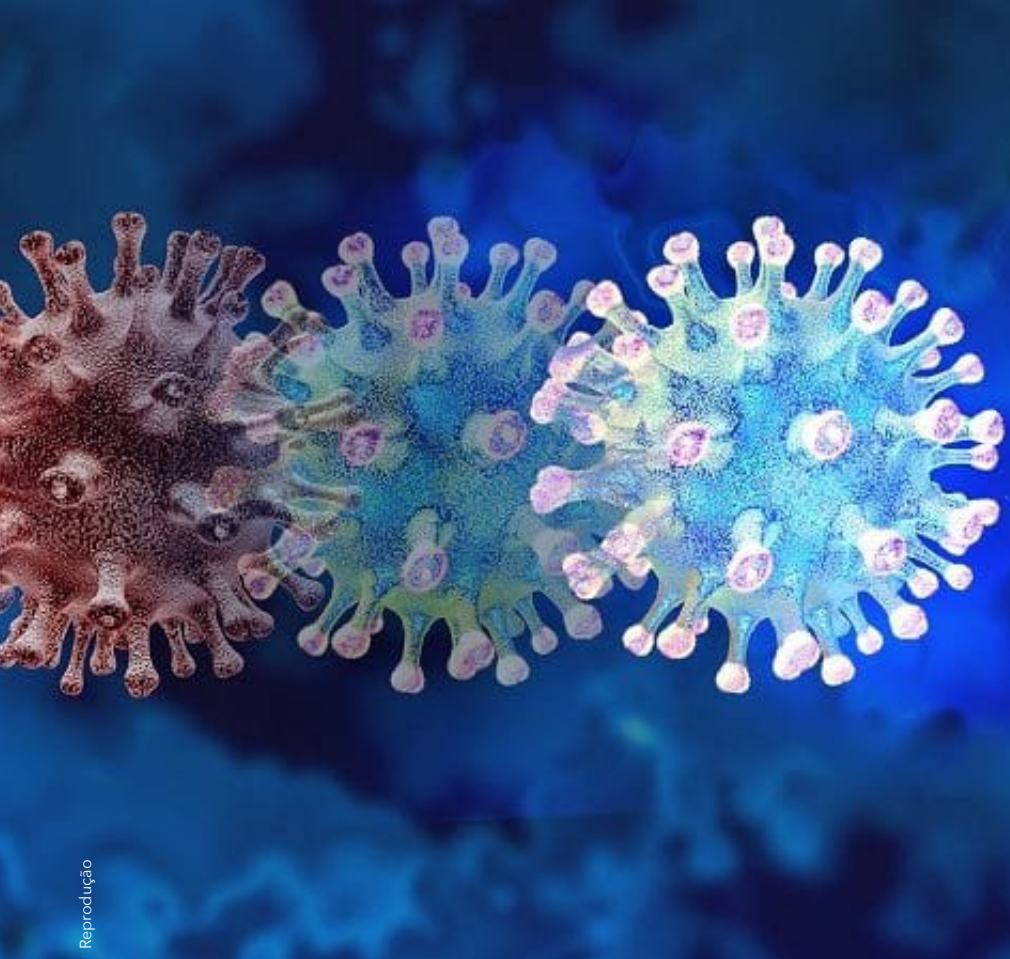
Na própria cidade de São Paulo aconteceu. O Cemitério de Nova Cachoeirinha teve que fechar porque não conseguia dar vazão, o Cemitério de Vila Alpina chegou a 420 enterros por dia, que é o limite que eles podem dar conta, e o crematório de Vila Alpina ficou com uma demora para cremar os corpos de quase duas semanas. Então, na realidade ele aconteceu. Só não aconteceu a nível nacional como um todo. A nossa sorte é que o SUS ainda existia aqui, porque o SUS conseguiu dar conta.

- A transmissão comunitária da variante Delta já está consolidada.

- Sim. Já tem documentado. Quando você documenta, você pode estar certo de que o número de casos reais é de várias ordens de magnitude maior. O nosso número de sequenciamento é tão baixo que para você conseguir detectar é porque já tem muita gente com a variante rodando. E a variante, as pessoas estão dizendo que a vacina pega, mas a vacina pega menos e qualquer decréscimo de cobertura é significativo neste momento.

- O governo federal foi figura fundamental para o espalhamento do vírus no país?

- Não há dúvida. Disso eu não tenho dúvida alguma. Não houve uma campanha nacional de esclarecimento, de comunicação. Não houve a criação de um comitê nacional científico de combate ao coronavírus. Não houve um planejamento estratégico de compra de insumos, equipamentos, vacinas, nada disso ocorreu. Mas eu devo ressaltar que a pandemia deu um nó em toda a classe política brasileira. Porque a resposta de gestores, num momento ou no outro alguns melhores outros piores, foi terrível. Você dizer que teve algum, como gestor público que foi coerente do começo ao fim, eu não conheço no Brasil.



Reprodução

- A ciência vai precisar se organizar para um embate contra o negacionismo no Brasil e no mundo todo, correto?

- Sim. Já existem movimentos internacionais surgindo. Não sei se você viu, mas nos EUA a vacinação empacou em 48% de dupla dose. O Brasil vai chegar nos EUA. Na primeira dose, daqui a pouco vamos chegar [nos EUA] porque empacou em 58% lá, de primeira dose. E não passa de 48% da segunda dose. Mais ou menos 50% da população diz que não vai tomar nenhuma dose. Então, nos EUA o negacionismo já conseguiu... pensa nessa "brincadeira", são 330 milhões de pessoas, ele já conseguiu convencer 170 milhões de pessoas a não tomar vacina. E, por isso, que eles estão tendo surtos no Mississippi, no Missouri, no meio oeste e no sul dos EUA. Então, nos EUA o negacionismo já é uma questão de saúde pública. Ele deve ser considerado uma doença. Já existem movimentos inclusive da Organização Mundial da Saúde de criar formas para ten-

**NOS EUA O
NEGACIONISMO
JÁ É UMA
QUESTÃO DE
SAÚDE PÚBLICA.
ELE DEVE SER
CONSIDERADO
UMA DOENÇA.**

tar combater o negacionismo no mundo inteiro. Porque ele não é só no Brasil e nos EUA. Na Europa. Tem alemães que não tomam vacina. Estamos falando de uma das sociedades com maior número de

PHD per capita do mundo.

Então, veja o poder das mídias sociais, Whatsapp, Twitter, Facebook, todas essas coisas. Essa é a primeira pandemia do mundo hiper conectado digitalmente. Escrevi um artigo para a Scientific American em que eu falo que temos um outro vírus que é o vírus informacional e ele mata tanto quanto o coronavírus. E não tem vacina tão trivial.

A pandemia expôs as fragilidades da mente humana moderna, que se diz tão moderna, mas na realidade está sendo atacada, desafiada por um pacote de gordura com um filete de RNA dentro dele. Pense nisso. Nós criamos tantas fragilidades econômicas, políticas e mentais no mundo atual que o planeta foi posto de joelho. O planeta não foi posto de joelho em 1918, isso as pessoas não falam. Foi uma pandemia, só que a pandemia não colocou o planeta da maneira como nós ficamos nesse ano aqui. E veja, são 100 anos de desenvolvimento econômico, tecnológico, biotecnológico e olha a bagunça que nós estamos. Por isso que eu digo, nem o Brasil nem a sociedade brasileira e nem os políticos brasileiros estão preparados para os desafios do século XXI. Isso é uma constatação macro do resultado da pandemia. Não estou nem falando da parte médica, estou olhando "por cima das nuvens" e olhando o que foi a nossa resposta coletiva. Nós estamos no meio de um processo climático devastador no país. Nos EUA, a Califórnia está batendo 53°, é a maior onda de calor da história, não tem água. A Alemanha está tendo inundações que nunca ocorreram, o Japão e nós estamos no meio de uma pandemia. E a gente não parou enquanto sociedade, no Brasil, para pensar como vamos olhar para tudo isso. Porque só reagir no tapa a cada momento que tem uma emergência não vai funcionar. •

O BOLSONARISMO E A SINDEMIA COVID-19 NO BRASIL

*Por Cesar Calejon

No Brasil, a crise causada pela covid-19 combinou-se com o bolsonarismo e a instabilidade política preexistente e ganhou novos contornos, o que gerou múltiplos planos de conflito institucional - (1) dentro do próprio governo federal; (2) entre os níveis federativos (com governadores e prefeitos estaduais); (3) com os demais poderes da República (Judiciário e Legislativo) e (4) junto à sociedade internacional - e produziu as causas centrais do agravamento do que se tornou uma sindemia no país entre os anos de 2020 e 2021.

Apesar de ser uma questão extremamente ampla e complexa, os vetores centrais do agravamento da crise sanitária, política, social e econômica no Brasil nesse período foram: (a) o simbolismo presidencial, que ao longo de toda a crise sanitária negou a ciência e as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) junto à população brasileira; (b) a ausência do federalismo cooperativo, como resultado da falta de liderança e articulação da administração Bolsonaro nos âmbitos federal, estadual e municipal para a formulação de políticas públicas eficazes, (c) a gestão do Ministério da Saúde do Brasil, que teve as suas lideranças alteradas diversas vezes ao longo da pandemia e diversos atores envolvidos com escândalos de corrupção e superfaturamento

de vacinas, e (d) a subdiagnóstico/subnotificação de casos, devido aos baixíssimos níveis de testes que foram realizados na população brasileira, por conta da morosidade do governo federal em adquirir os reagentes necessários para viabilizar o processo em ampla escala e a politização irrestrita que o bolsonarismo imprimiu ao tema.

O resultado foi a formação da tempestade perfeita para o Brasil. Um cenário de incertezas, colapso sanitário e social, descrédito internacional, falta de harmonia institucional, insegurança pública, destruição do meio-ambiente e recessão econômica poucas vezes - ou talvez jamais - verificado na história da Nova República, justamente durante a maior pandemia dos últimos cem anos.

Desta forma, nenhum outro tema é mais relevante para entendermos o atual cenário sociopolítico e econômico do Brasil - bem como o caráter e os níveis das mudanças sociais que vêm ocorrendo no país após a calamidade - do que refletir sobre a interação entre o bolsonarismo (com os seus diversos instrumentos políticos, administrativos e sociais) e a crise causada pela covid-19.

Com a economia devastada, o segundo maior número de óbitos registrados em decorrência da doença em todo o planeta, a explosão da violência, da criminalidade e da intolerância, escândalos de corrupção do governo federal, desavenças internas e externas de todas as ordens, todos

os indicadores sociais apontando a deterioração dos padrões de vida e o desmatamento recorde das suas florestas e regiões de preservação, a nação viu-se confrontada com os efeitos práticos que utilizar o ódio, o medo e os elitismos histórico-culturais combinados às redes sociais digitais para eleger os seus líderes representativos acarretam, invariavelmente. Assim, lamentavelmente para o Brasil, a ascensão do bolsonarismo ainda coincidiu com a pior pandemia do século.

Evidentemente, a altíssima quantidade de vítimas fatais verificada pelo país durante a pandemia reflete fatores que transcendem a administração bolsonarista. A ausência de saneamento básico para mais de cem milhões de brasileiros, o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a concentração de capital e de renda exacerbada que vigora no Brasil são, inquestionavelmente, aspectos históricos e socioculturais que foram preponderantes para que o país se tornasse a nação mais atingida pela covid-19 em todo o planeta, basicamente. Contudo, a atuação do governo de Jair Bolsonaro é o outro ponto nevrálgico para refletir sobre essa questão. •

*É jornalista, com especialização em Relações Internacionais pela FGV e mestrando em Mudança Social e Participação Política pela USP (EACH), e escritor, autor dos livros *A Ascensão do Bolsonarismo no Brasil do Século XXI* (Kotter) e *Tempestade Perfeita: o bolsonarismo e a sindemia covid-19 no Brasil* (Contracorrente).



NORDESTE É LULA, QUE VENCE NAS CINCO REGIÕES NO SEGUNDO TURNO

Os dados mostram a força de Lula no Nordeste brasileiro e o baixo desempenho de Jair Bolsonaro: a aprovação do governo no Nordeste é a mais baixa dentre todas as regiões do Brasil

Matheus Tancredo Toledo*

Neste artigo, demonstramos que há alta reprovação ao governo federal nas cinco regiões brasileiras, e que isso impacta nos dados de intenção de voto para a presidência da República em 2022. Tratamos de parte destes dados no boletim de número 11 do NOPPE, o Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da Fundação Perseu Abramo (<https://fpabramo.org.br/2021/07/21/leia-o-boletim-no-11-do-noppe-fpa/>).

É evidente a associação entre a alta reprovação a Bolsonaro (sem partido) e a intenção de voto em Lula (PT) no Nordeste. A região já oferecia os maiores índices de reprovação ao governo mesmo antes da pandemia, e hoje é majoritário o sentimento de que o governo Bolsonaro é ruim ou péssimo: mais de 60%, segundo Datafolha, Atlas e Poderdata, e 56% para o instituto Quaest.

Essa reprovação se converte em um patamar altíssimo de intenção de voto em Lula na re-

gião. Ela está por volta dos 60% no primeiro turno, segundo as últimas pesquisas Datafolha e Atlas. Os dados mostram a força do ex-presidente Lula no Nordeste brasileiro, e o baixo desempenho de Jair Bolsonaro: a aprovação de seu governo na região é a mais baixa dentre todas as regiões do Brasil, oscilando na faixa dos 20%. O eleitorado do Nordeste representa 27% do total do Brasil, com cerca de 38 milhões de eleitores.

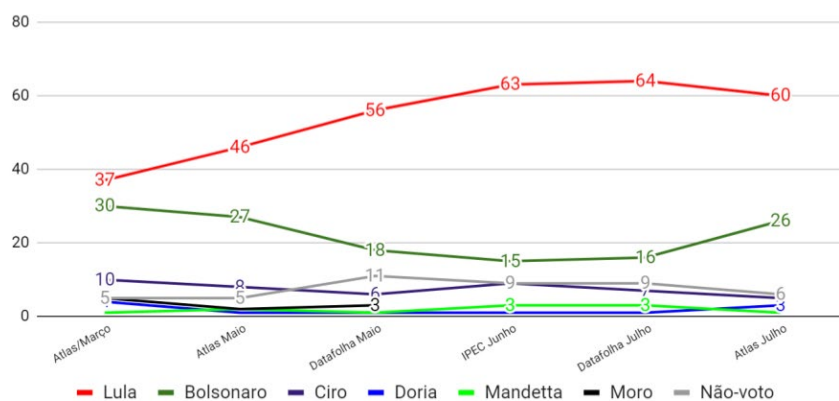
O governo Bolsonaro também tem altos índices de reprovação no Sudeste, região que possui o maior número de eleitores no Brasil - cerca de 61 milhões, 43% do total nacional.

De acordo com as últimas pesquisas Atlas e Datafolha, a soma dos que avaliam o governo como ruim ou péssimo é de 51% e 56%, respectivamente. Há, no entanto, um número maior de pessoas que aprovam o governo quando comparado ao Nordeste. Notamos uma divergência entre os institutos nos dados de intenção de voto: segundo a última pesquisa Datafolha Lula teria 41% e Bolsonaro 25% no primeiro turno - na pesquisa Atlas são 42% para o atual presidente, contra 34% de Lula. Atlas traz dados que divergem do que outras pesquisas vem mostrando. Pesquisas divulgadas nas próximas semanas podem ajudar a esclarecer essas disparidades.

Na região Sul, terceira maior em número de eleitores (cerca de 20 milhões, quase 15% do total), a disputa parece ser mais parelha: o Datafolha mostra que, no primeiro turno, Lula teria 35% contra 30% do atual presidente; na pesquisa Atlas, seriam 37% para o ex-presidente Lula e 34% para o atual. Tal qual no Sudeste, a aprovação ao governo atingiu cerca de 30%, o que se traduz em patamar semelhante de intenção de votos para Bolsonaro. É nesta região que o desempenho de Lula em primeiro turno possui patamares mais baixos, de acordo com os diversos institutos.

Já nas regiões Norte (10,7 milhões de eleitores, 7,5% do total nacional) e no Centro-Oeste (10,2 milhões, 7,2% do total), separadas ou agrupadas a depender da pesquisa, há um cenário parecido com o Sul: apesar de patamares relativamente elevados de reprovação, Bolsonaro possui ainda um número considerável

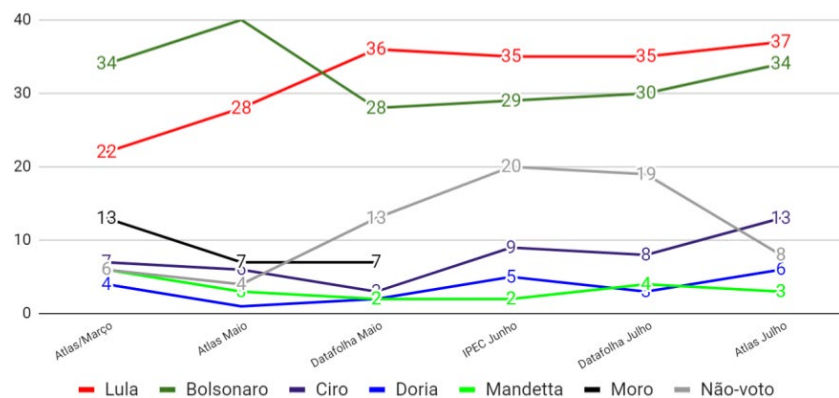
PRIMEIRO TURNO - EVOLUÇÃO - NORDESTE



Agosto de 2021

www.fpabramo.org.br

PRIMEIRO TURNO - EVOLUÇÃO - SUL



Agosto de 2021

www.fpabramo.org.br

de apoiadores e, consequentemente, de intenção de voto no primeiro turno.

Datafolha e Atlas divergem mais uma vez: segundo o primeiro, Lula teria mais votos no primeiro turno - 41% a 35% nas duas regiões agrupadas; para o segundo, a vantagem é de Bolsonaro em ambas as regiões, desmembradas - 45% a 37% no Norte, 43% a 34% no Centro Oeste.

Os dados de segundo turno esclarecem, por outro lado, que há uma diferença entre as três últimas regiões: de acordo com o Datafolha, Lula venceria por uma margem alta tanto no Sudeste, quanto no Norte/Centro-Oeste:

56% a 32%, 52% a 41%, respectivamente. No Sul, no entanto, a disputa seguiria apertada - o ex-presidente teria 44% contra 42% do atual presidente. No Nordeste, Lula venceria por uma margem gigante: 72% a 20%. Isso demonstra que apesar da reprovação ao governo, parte dos eleitores da região Sul votariam em Bolsonaro contra Lula - e que nas outras duas regiões muitos dos que não optam por Lula no primeiro turno, o escolheriam numa disputa somente com Bolsonaro.●

* É cientista político e analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisa e Estudos da Fundação Perseu Abramo

LULA, NAS REDES E NAS RUAS

Para o Brasil dar certo, é preciso colocar o pobre no Orçamento e o rico no imposto de renda, diz Lula em entrevista

Por Isaias Dalle

Na semana que passou, o ex-presidente Lula concedeu entrevista de pouco mais de duas horas ao Jornal Brasil Atual, da TVT, apresentado pelo jornalista Glauco Faria. Lula defendeu a retomada dos direitos trabalhistas e previdenciários. Disse também que, para reconstruir políticas sociais para a parcela mais pobre da população, será necessário tributar os mais ricos.

Outra notícia importante é que Lula está de volta às ruas. Ele inicia caravana ao Nordeste, com chegada primeiro a Pernambuco no próximo dia 15, passando depois por Piauí, Maranhão e Ceará.

Acompanhe os principais momentos da entrevista:

INQUÉRITO DO TSE CONTRA BOLSONARO

“Mais grave do que desrespeitar as instituições, como o Bolsonaro está fazendo, é o desres-

peito à sociedade brasileira, com seu comportamento totalmente avesso a qualquer seriedade. O Bolsonaro não leva em consideração o desemprego, ele não leva em consideração a fome, o aumento do custo de vida, ele não leva em consideração a situação em que o povo está vivendo. O dismantelamento que ele fez na ciência e tecnologia, nas universidades. E ele fica discutindo coisas que não têm nexos. Colocar em xeque as urnas eletrônicas neste período histórico, depois de tantas eleições, é efetivamente ficar procurando pelo ovo. Ele agride as pessoas, ele desrespeita as pessoas. E não governa o país. Você não vê um gesto dele ligado à governança do país. Quem governa o país hoje é o Guedes, do lado do desmonte das empresas públicas, e o presidente da Câmara. O Bolsonaro prefere ficar passeando de motocicleta. Ao tomar essa decisão de abrir inquérito, o Tri-

bunal Superior Eleitoral começa a fazer um processo de investigação para colocar as coisas no seu devido lugar. O seu Bolsonaro, quando foi eleito com fake news, ele disse que queria governar o Brasil. Então ele tem obrigação de governar o Brasil e parar de falar bobagens, porque ninguém aguenta mais ouvir as cretinices que o Bolsonaro diz todo santo dia”.

VOLTA DA FOME, INFLAÇÃO E CORRUPÇÃO

No discurso do Bolsonaro não existe a questão da fome. Ele sabe que a fome está ligada ao desemprego, à queda de salários, ao aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. O arroz subiu quase 50%, o feijão quase 25%, a carne quase 40%. As coisas têm subido muito, de forma descontrolada. Ele não cuida dessas coisas. Além de ele não cuidar dessas coisas, ele não

cuida da corrupção, porque até hoje o Queiroz não foi investigado, processos sobre seus filhos são decretados sigilosos por cem anos. É até uma piada. Não tem nenhuma base legal, é um decreto dele: 'eu quero proteger'".

“VELHA POLÍTICA”

“Ele dizia que ‘ah, a velha política é a desgraça deste país. Eu não vou conversar com o Congresso Nacional...’ Ele agredia o Fernando Henrique, o Sarney, ele agredia o Lula, ele agredia todo mundo que conversava com o Congresso Nacional. E agora ele está tendo uma relação promíscua com a velha política, porque o relator do Orçamento tem 20 bilhões de reais para gastar nessas eleições agora, o presidente da Câmara tem mais 3 bilhões e agora falta fazer um orçamento para as eleições. Então, as instituições (TSE, STF) estão certas e o Bolsonaro tem de aprender uma lição: a gente faz política com quem foi eleito, com os partidos políticos que existem. E a gente não fala bobagem, a gente governa.”

FAKE NEWS

“Nós temos que ter claro que a única eleição que foi roubada foi a eleição do Bolsonaro. Só tem um presidente que pode dizer que ganhou uma eleição roubada, com base na mentira, com base no medo: foi o Bolsonaro. Ele é especialista em contar mentira. Eu vi outro dia o relatório de um observatório internacional que disse que o Bolsonaro conta no mínimo quatro mentiras por dia. Você imagina isso em três anos. Acho que nós temos de ir preparando uma forma para que nas eleições não predominem as mentiras. A sociedade não pode se movimentar, nem socialmente nem eleitoralmente, a partir das mentiras. É obrigação de todos

nós diminuir o impacto das fake news nas eleições e no funcionamento da sociedade.”

CPI DA COVID

“Eu acho que a CPI tem agido com muita seriedade. O presidente, o relator, os membros da CPI estão agindo com muita seriedade. E tem a parte das pessoas que defendem o governo que não sabem mais como defender, não tem mais argumentos. Já está provado a quantidade de crimes que foram cometidos nessa questão da vacina. As pessoas precisam ser responsabilizadas

O BOLSONARO NÃO LEVA EM CONSIDERAÇÃO O DESEMPREGO, ELE NÃO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A FOME, O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA, ELE NÃO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A SITUAÇÃO EM QUE O POVO ESTÁ VIVENDO.

pelos muitas mortes que ocorreram no Brasil. Acho que o Supremo deve garantir para que não haja um suporte para as pessoas que vão mentir na CPI. Eu estou convencido que a CPI vai ter um final muito eficaz para mostrar à sociedade brasileira como foi a bandalheira que permitiu que o Brasil tivesse tantas mortes por conta da Covid.”

REENCANTAR A POLÍTICA

“Eu sempre afirmei que quando você nega a política, o que vem depois dela é muito pior. Eu costumo dizer em encontros com

jovens: o dia em que um jovem não acreditar mais em ninguém, em vez de você desanimar, entre na política. Porque talvez o político correto que você quer, o político combativo que você quer, está dentro de você. Quando você diz que ninguém presta, quando você começa a negar tudo isso, o resultado é o fascismo, o nazismo, a ditadura. A política é bonita quando exercida democraticamente, porque permite alternância de poder, de classes sociais no poder. Não existe saída para os problemas da sociedade mundial fora da política. Agora, é preciso saber escolher.”

NÃO VOTE EM PATRÃO

“Você quer uma reforma tributária em que o rico pague imposto de renda? Então você não pode votar em rico para ser maioria no Congresso Nacional. Você quer uma reforma agrária pacífica para que a terra seja distribuída de forma justa no Brasil? Você não pode votar em 300 deputados ruralistas. Você não pode votar em patrão achando que ele vai fazer aquilo que o trabalhador deseja. Daqui para a frente, nós vamos ter de nos dirigir à urna e pensar, contar até dez, saber o que a gente quer, saber quem tem compromisso com você e saber quem já fez aquilo que você deseja.”

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

“As pessoas às vezes acham que eu sou bravo quando eu falo dos meios de comunicação. Mas o que eu falo é só constatação. Hoje eu acho que eu sou o político que mais teve convivência com a imprensa, desde 1975, quando eu assumi a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Vivi vários momentos bons, momentos difíceis, convivendo com a imprensa. Eu sei que a imprensa foi em sua grande



Ricardo Stuckert

parte cooptado pelo projeto do Consenso de Washington, para o processo do neoliberalismo, pela globalização criada pelo Ronald Reagan e pela Margaret Thatcher, o desmonte do Estado. Vou dar um exemplo: houve a reforma da Previdência e você não viu um trabalhador ser chamado num jornal para defender a Previdência. Teve a reforma trabalhista, e nenhum trabalhador foi chamado para falar contra a reforma. Agora tem a reforma tributária e você não vê um trabalhador ser chamado para falar sobre o que eles querem (...) eu acho que a imprensa tem um papel extraordinário na construção da democracia na hora que informar corretamente. Mas eu acho que isso faz parte do jogo democrático, ao invés de reclamar, temos de continuar remando, porque temos que mudar muitas coisas e fazer uma regulação nos meios de comunicação. É uma necessidade.”

REFORMA TRIBUTÁRIA

“Se a gente quiser fazer uma política tributária correta para o Brasil dar certo, nós temos que fazer duas coisas: uma, é colocar o povo no Orçamento, e a outra, é colocar o rico no imposto de renda. Porque a verdade é que

NÓS TEMOS QUE FAZER DUAS COISAS: UMA, É COLOCAR O POVO NO ORÇAMENTO, E A OUTRA, É COLOCAR O RICO NO IMPOSTO DE RENDA.

quem paga imposto de renda neste país é quem trabalha e ganha salário e é descontado na fonte.”

UNIÃO NACIONAL

“Eu vivo pensando em como juntar gente para resolver os problemas do Brasil. Hoje você terá que ter muita habilidade para juntar os empresários, os trabalhadores, as universidades, para juntar as pessoas que pensam no Brasil, para encontrar uma solução. Não tem mágica. Não tem um homem que possa fazer isso, não tem um partido que possa

fazer isso. Na verdade, um conjunto de pessoas que querem bem ao Brasil. Você tem que juntar esse pessoal e pensar o que queremos para a próxima década. Porque o Brasil que nós começamos a construir em 2002 foi destruído com o golpe de 2016. Prometeram muitas coisas para o povo dizendo que o problema era a Dilma e o PT. E as pessoas estão percebendo que o problema é que tem uma parte da elite que não se conformou com as políticas de inclusão social que nós colocamos em prática”.

EMPREGO E DIREITOS TRABALHISTAS

“O trabalhador precisa de uma certa segurança. Ele tem direito a um processo de seguridade social e não pode ficar com um trabalho que não dê nenhuma garantia em momento de infortúnio. Aquelas promessas que eles fizeram, aquelas bobagens de carteira verde e amarela, de que todo mundo vai ser pequeno empreendedor, na verdade eles queriam que o trabalhador perdesse a garantia de ter um emprego, perdesse o compromisso de ser tratado de forma civilizada pelos empresários, de ter férias, 13°. Eu participei de muitos de-



bates em que pessoas colocavam os direitos do trabalhador como custo Brasil. E isso é indescritível: na Alemanha, um trabalhador ganha quatro vezes mais que seu similar no Brasil e nem por isso a Alemanha diz que isso é custo Alemanha. No Brasil, tudo é jogado nas costas das poucas conquistas que os trabalhadores tiveram. Quando eu vejo o ministro da Economia falar dos empregos do Caged, eu penso que a imprensa deveria cobrar: 'mas que emprego é esse?' No meu tempo, o Caged fazia a diferença entre as contratações e as demissões e ali se colocava quantos empregos haviam sido gerados. Hoje não é mais assim. Eu queria saber: que tipo de emprego é esse? O que nós sabemos é que o desemprego está campeando. As pessoas estão fazendo bico.

Eu quero dizer que nós vamos sentar com o movimento sindical, com a sociedade brasileira, com os especialistas em trabalho digital, e vamos pensar que mundo do trabalho a gente quer. Uma

coisa eu sei: queremos que o trabalhador tenha sustentabilidade no seu emprego, que ele tenha garantia de que não será trocado como se troca papel higiênico. O trabalhador precisa de paz. Quanto mais paz tiver, mais vai produzir para seu país.

INDÚSTRIA E TRABALHO DIGITAL

"Nós precisamos juntar as empresas bem-sucedidas no Brasil, de alta tecnologia, os empresários que efetivamente pensam em contribuir com o crescimento, temos que juntar tudo que existe na universidade de inteligência viva e ativa, junto com os trabalhadores e com o governo, para encontrar soluções de como gerar mais empregos. O que é esse mundo digital, da inteligência artificial, e desenvolver esse novo mercado de trabalho. Esta semana eu tive um encontro com jovens e fiquei assustado. Porque eram todos jovens bem formados, e não têm perspectiva do

que fazer na vida. É preciso encontrar soluções para esse jovem trabalhar naquilo que estudou. E volte a sonhar".

PORQUE GOVERNAR

"(Quando presidente) Eu tinha na cabeça que eu não era dono do Brasil. Eu só tinha que governar o Brasil porque eu tinha recebido um mandato da sociedade brasileira e que, portanto, eu tinha que governar para todo mundo. Significa governar para o grande e para o pequeno. É por isso que você vai perceber que no nosso governo foi a primeira vez que os 10% mais pobres tiveram um ganho maior do que os mais ricos, ou seja, 15% a mais na chamada distribuição da riqueza. É claro que é pouco, mas o dado concreto é que nós começamos a fazer com que a sociedade pudesse sonhar. E é possível fazer isso. Vamos discutir com a sociedade. É pensar em reconstruir este país sem ódio, sem mágoa. E sem bravata."•



Olimpio

GOLPE 2016

O ÓDIO COMO POLÍTICA DE ESTADO

O afastamento ilegal de Dilma Rousseff da Presidência da República resultou em grandes retrocessos no campo da comunicação pública. A EBC virou instrumento de propaganda política e as fake news foram levadas a instrumento principal do discurso autoritário do governo Bolsonaro

O impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, sem crime de responsabilidade, concretizou uma ação articulada de ruptura da ordem constitucional, assegurando a implementação de um programa refutado nas urnas por quatro eleições consecutivas, justamente por seu caráter neoliberal, antinacional e antipopular. Nesse compasso, os atores do

Golpe aprofundaram os riscos democráticos elegendo Jair Bolsonaro em 2018. As instituições, cujo papel é justamente o de garantir o Estado Democrático de Direito, tinham aberto o caminho para a prisão ilegal de Luiz Inácio Lula da Silva. Recém empossado, Bolsonaro disse a líderes conservadores, em Washington, nos Estados Unidos, o sentido do seu governo como um ponto de

inflexão: “Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa.”

Muita coisa mesmo. No tema da comunicação pública, assegurar o direito à informação foi ao mesmo tempo princípio e eixo estratégico do projeto de comunicação dos governos Lula e Dilma. Políticas progressivas de democratização, diversificação e inclusão digital, assim como a in



terlocação institucional respeitosa e permanente com a imprensa produziram avanços evidentes, com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), diversas vezes premiada; a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI); o aperfeiçoamento do governo eletrônico; o lançamento do Plano Nacional de Banda Larga – o maior programa governamental de inclusão digital –; o empenho em garantir o direito dos usuários, a finalidade social das redes e o acesso a todos com o Marco Civil da Internet e depois com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), formulada a partir de intensa participação da sociedade civil, buscando um ambiente de rede protegido e pautado por direitos.

Foram tempos diligentes em consolidar instrumentos de participação social na formulação e controle de políticas públicas, ressaltando a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em 2009. O Golpe interrompeu esse percurso de 13 anos de ação democrática e delineou o início de

decomposição da comunicação pública.

Após cinco anos, a desconstrução é efetiva e os danos gravíssimos: por meio de atos inconstitucionais e ilegalidades flagrantes, a gestão governamental passou a ser pautada, e assimilada pelos governistas no Congresso, no desmonte estrutural do Estado e de políticas públicas consagradas. A relação institucional e democrática com a imprensa e com a sociedade, consagrada pelos governos do PT, foi substituída por discursos personalistas voltados à base eleitoral de Bolsonaro, expresso em agressões, difamação e ameaças a autoridades, jornalistas, líderes políticos e sociais, artistas e intelectuais identificados com a esquerda ou simplesmente a quem se opõe publicamente aos desmandos autoritários.

A EBC e o fim da comunicação pública, democrática e plural

A fundação da EBC em 2007 é marco do cumprimento da Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 223 determina ao Po-

der Executivo a obrigação de garantir à radiodifusão a complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. Nascia com ela a TV Brasil, seguindo as diretrizes do Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado em 2007 e coordenado pelo Ministério da Cultura, destinadas a consolidar um sistema público de comunicação. Com a EBC, surge uma estrutura independente de produção de conteúdos, resguardada de tornar-se órgão federal de propaganda, em especial, por meio da participação da sociedade em seu Conselho Curador: 22 integrantes, dos quais 15 indicados pela sociedade, quatro pelo governo federal, um pela Câmara dos Deputados, um pelo Senado Federal e um indicado por funcionários da empresa. Toda a programação dos veículos da EBC – duas emissoras de TV, oito de rádio e duas agências de notícias – passava pelo crivo do Conselho, cuja composição refletia a diversidade regional e social do país. Estava se consolidando uma mídia pública, voltada a atender a pluralidade e a promover os di-

reitos humanos.

Logo depois do Golpe, o governo Temer partiu para a ofensiva contra a EBC. Por medida provisória, alterou a estrutura da empresa e extinguiu o Conselho Curador, principal instrumento de participação social e fiador do caráter público da empresa. As diretrizes editoriais passaram a ser definidas pelo Conselho de Administração, formado integralmente por representantes do próprio governo.

E mais, alterou o mandato do presidente Ricardo Melo, antes de quatro anos não coincidentes com o mandato da Presidência da República que nomeava, mas não podia demitir, apenas o conselho poderia fazê-lo. Bolsonaro eleito, anunciou a fusão do canal governamental (NBR) com a emissora pública (TV Brasil). A censura a visões divergentes tornou-se prática diuturna. Os ataques à empresa persistiram, numa estratégia de difamar para privatizar até que, em abril de 2021, a EBC foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), por meio de decreto. Por ferir preceito da Carta Magna em sua natureza pública, vozes se levantaram denunciando a inconstitucionalidade da medida.

Raposas em cena: a agenda privada no centro da ação governamental

A agenda do governo foi tomada pela agenda do mercado. Temer extinguiu o Ministério das Comunicações e transferiu suas atribuições para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI). A Lei 13.424, de 2017, flexibilizou regras e obrigações de empresários de rádio e TV, tirando do Poder Executivo a prerrogativa de aprovar alterações societárias das emissoras, além de revogar artigo do Código Brasileiro de Telecomunicações que previa a anulação de concessões de em-

presas que ferissem dispositivos regulamentares ou legais. Não bastasse, anistiou empresas que perderam o prazo de renovação das concessões.

A prioridade nas telecomunicações passa a ser a mudança de modelo, dando forte impulso à reformulação do marco regulatório do setor, com foco na transformação das concessões em autorizações, instrumento precário de outorga. A Lei Geral de Telecomunicações (LGT) foi alterada. Para os serviços essenciais, deixou de ser obrigatória a aplicação do regime público, justamente o que requer os atributos de universalização, continuidade e modicidade tarifária.

Bolsonaro recriou o Ministério das Comunicações em 2020 e, para atender aos acordos com o Centrão, nomeou ministro Fabio Faria, genro do empresário Silvio Santos. A Secom da Presidência da República passou a integrar a estrutura do MiniCom, que, a partir de então, tem sob seu comando todas as áreas da comunicação governamental: a institucional, de publicidade e promoção e de imprensa, bem como aquelas responsáveis pela radiodifusão e telecomunicações, concentrando, assim, toda a cadeia institucional e de valor da comunicação pública no país. Desapareceu a prioridade de construir infraestrutura adequada à universalização, de conectividade avançada em 5G, e nas dimensões necessárias para atender a todas as regiões, em igualdade de acesso e potencial de incrementar o desenvolvimento nacional. Editais para novas rádios comunitárias e TV educativas nos municípios sumiram da agenda governamental, colocando à margem mais de 40% dos municípios brasileiros.

Nas telecomunicações, a gestão Bolsonaro completou a reforma da LGT iniciada no governo Temer, abandonando um projeto

efetivo de inclusão digital e deixando o acesso à internet refém da dinâmica de mercado, mantendo políticas ínfimas. O edital do leilão do 5G desperdiçou a chance de estabelecer uma política de conectividade móvel que enfrente as limitações e desigualdades da situação brasileira.

A radiodifusão é o setor mais afetado pela reorganização dos investimentos publicitários do governo concentrando verbas a aliados: SBT, Band e Record. Um retrocesso de quase duas décadas na política de veiculação publicitária de governo implantada pelo presidente Lula, que, adotando o critério objetivo e transparente de mídia técnica – o percentual do investimento publicitário em cada veículo deve corresponder à sua audiência ou circulação –, tornou possível evitar privilégios e distorções.

A partir de 2007, o governo Lula implantou uma política de regionalização dos investimentos publicitários, aumentando o potencial de alcance das mensagens. Veículos regionais e locais passaram a compor a carteira, aproximando a população afastada dos grandes centros urbanos dos serviços e ações governamentais de forma transparente e democrática.

Desproteção de dados

Às vésperas do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o governo federal enviou ao Congresso, após anos de debate com a sociedade, um anteprojeto da Lei Geral de Proteção de Dados, alinhado com as melhores práticas internacionais e equilibrando a proteção dos indivíduos com o estímulo à inovação. Partindo deste texto e com a ação das bancadas do campo progressista e de entidades da sociedade civil, foi aprovada a LGPD – Lei 13.709, de 2018 –, que sofreu vetos do presidente Michel Temer a



MÁQUINA DE FAKE NEWS dos Bolsonaroistas

garantias importantes.

A gestão de Jair Bolsonaro buscou adiar o início da vigência da lei, implantou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, tomada de militares, e criou um supercadastro para ampliar a vigilância sobre os cidadãos. No contexto da pandemia, ainda editou a Medida Provisória 954/2020 para transferir um volume assustador de dados ao IBGE, cuja validade foi barrada pelo STF.

Omissão, desinformação e mentiras que matam

Treze meses após o primeiro caso do novo coronavírus registrado no país, a pandemia segue estável pelo alto, em número alarmante de mortes sem que o governo apresente um Plano Nacional de Comunicação que informe e oriente a população sobre a gravidade da doença, riscos e cuidados fundamentais no controle do contágio.

E, pior, não apenas omite informações sanitárias cruciais, como faz o oposto. Não há campanha de esclarecimento para efetivo enfrentamento da pandemia. A agenda de governo é anticientífica e de incentivo à contaminação. Divulga informações falsas com risco à saúde da população com dinheiro público.

Influenciadores digitais são pagos para propagar “tratamento precoce”, já afirmado pela OMS e pela própria Anvisa como um protocolo ineficaz e prejudicial a alguns pacientes. Cloroquina e Azitromicina são medicamentos usados para outras enfermidades com graves efeitos colaterais.

No episódio dos influenciadores pagos para mentir pelo governo promovendo o “tratamento precoce”, a Secom informa o total R\$ 987,2 mil gastos com filmes para TV, spot para rádio, vídeos e banners para internet e para mídia exterior.

O descaramento foi tanto que obrigou o Twitter a marcar uma postagem do Ministério da Saúde como “publicação de informações enganosas e potencialmente prejudiciais relacionadas à COVID-19”.

No início do ano, na semana em que os influenciadores faziam suas postagens, ofício do Ministério da Saúde à Secretaria de Saúde de Manaus previa visita de técnicos para difundir e aprovar “tratamento precoce como forma de diminuir os internamentos e óbitos decorrentes da doença” e ressaltava “comprovação científica sobre o papel das medicações antivirais orientadas pelo Ministério da Saúde”.

Antes, em outubro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) já havia publicado um estudo sobre a ineficácia de diversos medicamentos do “tratamento precoce” brasileiro contra a Covid-19. Em janeiro de 2021, técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) se pronunciaram sobre a inexistência de tratamento precoce para o coronavírus.

Em fevereiro, pesquisa no Amazonas comprovou o efeito contrário: pacientes que tomaram remédios do suposto “tratamento precoce” tiveram maiores taxas de infecção que aqueles que não haviam sido submetidos a tal protocolo.

Um verdadeiro apagão de dados

Informações sob responsabilidade do Ministério da Saúde foram tiradas do ar diversas vezes e manipuladas nos cálculos de testagem, contaminação e mortes sob alegação de mudança de metodologia. O empenho do governo em desmontar as estruturas de produção de dados e informações é flagrante em diversas áreas: INPE, IBAMA, INCRA. Com IBGE, a ação envolve destruir o instituto por inanição.

O censo demográfico, depois

de sofrer toda sorte de arremedos na estrutura da pesquisa e adiamento por conta da pandemia, foi suspenso indefinidamente e totalmente inviabilizado por falta de destinação de recursos no orçamento. Dos R\$ 2 bilhões necessários, restaram alocados R\$ 71,7 milhões, um escárnio com a pesquisa realizada desde 1940 e a mais importante do país, pois é dela a amostragem populacional que garante a devida repartição de recursos em educação, saúde, programas de transferência de renda, emprego e renda, entre outros.

Os prejuízos aos municípios são incalculáveis, podendo comprometer inclusive a vacinação contra a Covid-19. Sem dados e informações de governo confiáveis, não se faz comunicação de qualidade, seja ela pública ou privada.

O Estado brasileiro tomado de assalto

A estratégia de fakenews, incitação à violência, desinformação, repúdio aos princípios democráticos personificada por Bolsonaro, tornou-se recorrente em todas as esferas do governo. O país foi alijado de uma comunicação pública democrática e submetido a uma fábrica de notícias falsas e desinformação mantida com recursos públicos.

O Gabinete do Ódio, assim batizado por ex-aliados do presidente da República, deputados ouvidos pelo STF em inquérito que apura notícias falsas e ataques contra ministros do Supremo, definiram o esquema como uma estrutura montada para desferir ofensas à oposição, autoridades e instituições por meio de WhatsApp e diversas páginas nas redes sociais. O conteúdo é constante: discursos de ódio, subversão à ordem democrática e incitação à ruptura da normalidade institucional. Seus principais inte-



grantes são assessores especiais da Presidência da República e da Secretaria de Comunicação Social (Secom), nomeados e remunerados pelo governo. Eles respondem a Carlos Bolsonaro, o filho responsável pela condução das mídias digitais da família. Há ação regionalizada nos estados, trabalho de também assessores de parlamentares que atuam de forma coordenada. Textos idênticos e disseminação simultânea indicam o uso de robôs, prática vetada.

Racismo, machismo, homofobia, misoginia nunca antes tão difundidos

A propagação de crimes de ódio evidencia um cenário de risco ao exercício da profissão de jornalista e à liberdade de imprensa no país. O Relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – 2020, publicação anual da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), registra um crescimento de mais de 105% dos ataques contra jornalistas em 2020, ano mais violento desde o início da série histórica, no começo da década de 1990.

Dos 428 registros, Bolsonaro responde sozinho por 175 casos de violência contra jornalistas, o

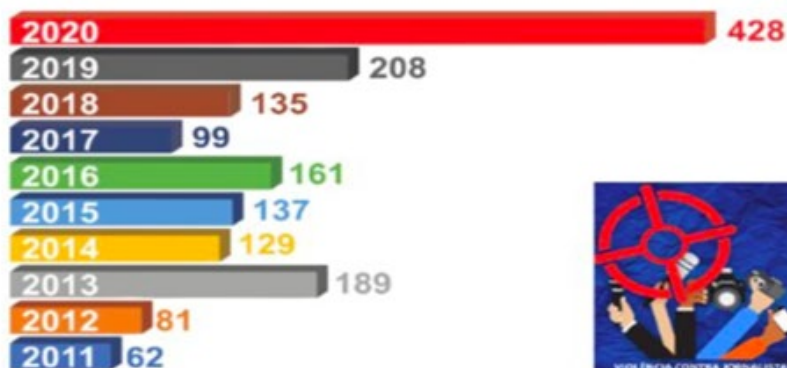
percentual alarmante de 40,89%. É uma ação sistemática: 145 ataques genéricos e generalizados a veículos de comunicação e a jornalistas, 26 casos de agressões verbais, um de ameaça direta a jornalistas, uma ameaça à Globo e dois ataques à FENAJ.

O presidente junto aos servidores públicos e dirigentes da EBC, recursos humanos do Gabinete do Ódio, respondem por mais de 60% das agressões. A FENAJ ressalta que os dois assassinatos em 2020, repetindo o número de 2019 é um alerta de grave insegurança para a categoria.

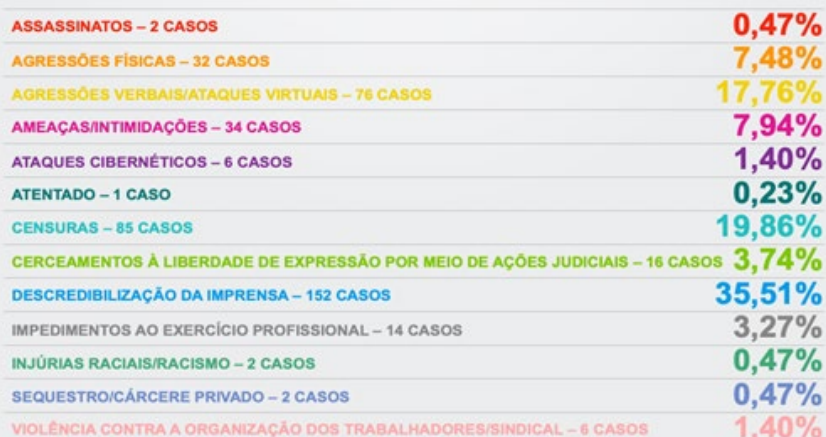
Para a FENAJ, o incremento da violência e de violações à liberdade de imprensa está diretamente associado ao bolsonarismo, no qual a agressão configura um dos instrumentos de controle da informação. Desacreditar a imprensa é premissa para a difusão de informações falsas sem o contraponto dos fatos, em especial, durante a pandemia, justamente quando o Jornalismo é reconhecido por seu caráter de atividade essencial no Brasil e no mundo.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em relatório recente, também destaca o cenário preocupante à efetiva liberdade de expressão no país, constataando a relação violenta do

Violência contra jornalistas 2011 - 2020



OS AGRESSORES



presidente e de seus apoiadores com jornalistas que, no exercício da profissão, são perseguidos e ultrajados com ofensas verbais e, não raro, físicas. A CIDH observa a profusão, pelo presidente e seus filhos e funcionários públicos, de "expressões de incitação ao ódio e discriminação, facilitando a ação violenta de grupos racistas, homofóbicos e misóginos". Com base no artigo 13.5 da Convenção Americana, a CIDH considera a apologia ao ódio, por qualquer motivação, delito gravíssimo de incitamento à violência, contrariando as obrigações de direitos humanos assumidas pelo Estado brasileiro.

Os perigos da apologia ao ódio estão postos no expressivo crescimento do número de ameaças e atos de violência contra jornalistas no Brasil relacionado ao exercício da profissão. Nos últimos cinco anos, segundo o relatório da CIDH, foram registrados ao menos 11 jornalistas assassinados e dezenas de agressões. Em 2018, ano de campanha eleitoral, ocorreram quatro mortes e graves ameaças por meio digital a jornalistas, especialmente às mulheres. A CIDH conclui que denúncias revelam a existência de "uma máquina de difamação" nas mídias sociais, verdadeiras "milícias virtuais" com apoio de robôs. Há no STF e no Congresso iniciativas de investigação dessas estruturas de produção e de divulgação de notícias falsas, muitas delas, como já vimos, financiadas com recursos públicos.

Por fim, os cinco anos de golpe produziram a mais profunda alienação do direito à informação e dos serviços de comunicação, direitos universais, igualitários e abrangentes de conteúdo, ultrajando a constituição e usando de desinformação e violência como estratégia de uma relação predatória com o Estado brasileiro. •

DISTRITÃO, UM ATAQUE À DEMOCRACIA

O sistema proporcional atual assegura que os eleitos de cada estado dependem da quantidade de vagas obtidas por seus partidos, de acordo com o total de votos dados a cada um dos candidatos pertencentes a eles. Distritão significa a personificação absoluta da política nos parlamentos do Brasil, nos municípios, estados e Congresso Nacional.



Henrique Fontana*

Merece repúdio de toda a sociedade brasileira comprometida com a democracia a tentativa de alguns setores na Câmara de querer votar a toque de caixa mudanças do sistema eleitoral, incluindo a danosa modalidade chamada "distritão". É um profundo retrocesso, pois o sistema proporcional é que garante a pluralidade na representação parlamentar, com a expressão de diferentes opiniões dos variados segmentos da sociedade.

O distritão estimula a personalização das candidaturas, impede a renovação do Parlamento, cria campanhas milionárias, esteriliza o voto de opinião, retira a representatividade, distancia o eleitor do seu representante.

E dificulta ainda a entrada de mulheres, negros e minorias dentro do sistema, já que esses segmentos dispõem de menos recursos e de apoio financeiro para custear uma campanha eleitoral. Pelo distritão, esses candidatos não poderiam mais se beneficiar dos votos dados ao partido para conquistarem um mandato legislativo.

A mudança pretendida, se implementada, significa ataque frontal à diversidade da representação popular no Parlamento e aos partidos políticos. Quem vai se eleger ou são personalidades ou os atuais ocupantes de mandatos. O distritão aniquila a vontade soberana do eleitor e fulmina os partidos, que são os

legítimos canais de representatividade dos ideais da sociedade. Não é por acaso que esse sistema funcione somente em quatro países - Ilhas Pitcairn, Vanuatu, Jordânia e Afeganistão - e não é adotado em nenhum lugar com sistemas democráticos maduros.

O sistema proporcional atual assegura que os eleitos de cada estado obedecem à quantidade de vagas obtidas por cada partido, de acordo com o total de votos dados a cada um dos candidatos pertencentes a eles. Dessa forma, um número maior de votos é aproveitado para definir os eleitos. Pelo novo sistema, esses candidatos não poderiam mais se beneficiar dos votos dados ao partido para conquistarem um mandato legislativo.

Distritão significa a personificação absoluta da política nos parlamentos do Brasil, nos municípios, estados e Congresso Nacional, em especial na Câmara dos Deputados. É um retrocesso do ponto de vista do interesse da sociedade e esvazia a política, que tem que discutir temas maiores e estratégicos, em vez de temas de menor importância naturalmente suscitados pelo personalismo ocasionado pelo distritão.

O modelo é uma excrescência, já que são computados só os votos dados aos que obtiveram maior votação. Assim, os votos em outros candidatos seriam jogados na lata do lixo. Nas últimas eleições, conforme levantamento da Folha de S. Paulo, 70% dos

votos seriam desperdiçados. Ou seja, 68 milhões dos quase 100 milhões de eleitores que escolheram um candidato a deputado federal teriam seus votos desperdiçados.

O distritão personaliza o sistema e fortalece as velhas oligarquias, o conservadorismo e consolidada dois males estruturais da política brasileira: a política baseada no personalismo e o abuso do poder econômico, este um problema parcialmente resolvido com a adoção do financiamento público de campanhas.

Com o personalismo e o poder do dinheiro, as campanhas serão centralizadas no candidato, em detrimento dos programas dos partidos e das frentes políticas, portanto, favorecendo o personalismo. Significa o fim da fidelidade partidária, criando-se uma governabilidade caótica e instável, já que cada parlamentar seria representante de si mesmo. Significa trazer ainda mais dificuldades para a votação de reformas e matérias importantes para o País.

O que o Brasil precisa é de uma democracia moderna, com reforma política que amplie a participação de toda a sociedade na vida política, com plebiscitos, referendos, apresentação de projetos de lei de iniciativa popular e, na eleição dos representantes, por meio de votos que sejam respeitados e expressem a qualificação e a diversidade de todos os segmentos. Do contrário, teremos um arremedo de democracia. •

*Deputado federal (PT-RS)

GOVERNO APROVA URGÊNCIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA REGRESSIVA

Projeto carrega três pontos que são uma conquista do movimento pela Reforma Tributária Justa e Solidária: a reinstauração da tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos, a vedação da dedução do juro sobre capital próprio e a revisão da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Afonso Florence*

O governo aprovou na terça-feira (03/08) o requerimento de urgência do PL 2337/21, que revisa a tabela de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A previsão é que o mérito seja votado na próxima terça-feira (10/08).

A Câmara dos Deputados viveu uma semana de pauta poluída, o que, de resto tem sido regra no governo Bolsonaro. Estiveram em apreciação o voto impresso, o distritão entre outras pautas bolsonaristas e, pior, foi aprovada a privatização dos Correios.

É notório que o PL carrega três pontos que são uma conquista do movimento pela Reforma Tributária Justa e Solidária, e

PT e dos partidos de oposição: a reinstauração da tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos, a vedação da dedução do juro sobre capital próprio (JCP), e a revisão da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Entretanto, há importantes limites, por exemplo, por não extinguir o juro sobre capital próprio, e pela ausência de progressividade tanto na tabela do IRPF, como na tributação sobre lucro e dividendos, e na primeira versão do texto do relator numa excessiva redução de tributação sobre o IRPJ, entre vários outros.

Na disputa de plenário quando os partidos de oposição orientam “não” a uma urgência, além de expressarem sua posição sobre sua tramitação legislativa, ou mesmo sobre o

mérito do projeto em tramitação, podem aferir a correlação de forças. Nessa análise é fundamental considerar a natureza da peça legislativa em apreciação. No caso do PL 2337/21, que é de lei ordinária, bastam apenas os 257 votos que garantem o quórum, e uma maioria simples votando a favor o aprova. Além disso, o resultado da votação é mais do que uma evidência da correlação do plenário, ele compõe um cenário de conjuntura no qual se movimentam tanto os partidos e lideranças políticas, como agentes econômicos e lideranças empresariais que participam da arena de disputa.

Nesse sentido, é importante registrar que na semana que antecedeu a votação da urgência houve pronunciamentos de



inúmeras lideranças e entidades empresariais, contrários aos três pontos positivos que o projeto carrega, identificados como conquista da oposição. O próprio ministro Guedes chegou a afirmar que o projeto continha maldades que seriam revistas numa, quase explícita, alusão às pressões que está recebendo. O que pode explicar as mudanças propostas pelo relator na primeira versão do seu parecer.

A oposição vem trabalhando intensamente, no detalhamento técnico da sua proposta, e na construção de uma intervenção política unificada, o que ocorreu desde a construção da Emenda Substitutiva Global 178/19, da Reforma Tributária Justa Sustentável e Solidária, à PEC 45/19. Tem, também, negociado com o relator a quem entregou um documento contendo propostas. Ele, sinalizou acatar algumas mas, a oposição ainda tem reivindicações fundamentais das quais

não abre mão, quanto à progressividade, à redução da tributação sobre os trabalhadores e a classe, contra a redução da tributação sobre as empresas grandes, e pela majoração sobre as altas rendas e o capital financeiro.

Na sessão que apreciou o requerimento de urgência a oposição interviu com grande unidade política, e obteve 158 votos contra, enquanto o governo obteve 278 votos a favor da urgência. Os partidos de oposição possuem 127 parlamentares, pouquíssimos não seguiram a orientação dos seus partidos então, obviamente, também conquistou poucos votos de parlamentares do centro. Esse quadro sinaliza a maioria do plenário querendo aprovar o projeto, ressalvados os destaques.

Agora, a oposição deve continuar negociando com o relator buscando a inclusão no parecer daqueles pontos que considera prioritários. Se a maioria do go-

verno aprovar o relatório a disputa será travada em torno dos destaques. Certamente, haverá destaques para retirar a tributação sobre lucros e dividendos e o fim do JCP, a oposição votará pela manutenção desses dispositivos, e pela inclusão da progressividade tanto no IRPF, como no IRPJ. A oposição, também votará pela aprovação de dispositivos que apontem para a sustentabilidade ambiental, para a supressão de perdas dos entes subnacionais, estados e municípios, contra a majoração de tributos sobre medicamentos e o setor cultural, contra o desfinanciamento dos fundos sociais e da seguridade, e pela inclusão de distintivos que impeçam os ricos de fazerem o planejamento tributário, ou seja, encontrarem um jeitinho legal para não pagar impostos, como fazem hoje. •

*Deputado federal (PT-BA)



IBGE: DESENCONTRO ENTRE PESQUISAS ESTATÍSTICAS E REGISTROS ADMINISTRATIVOS

Além de retratar de forma parcial o mercado de trabalho, o Caged atual impede a comparação da situação do momento com aquela vigente antes da Reforma Trabalhista

Por Eduardo Pereira Gomes*

O ministro da Economia voltou sua ira contra o IBGE, após a publicação da PNAD sobre a precariedade do mercado de trabalho no Brasil.

O IBGE contrariou a repetida profecia do ministro sobre a retomada do crescimento econômico. Os dados do Caged de junho de 2021 indicaram a criação de 309.114 postos de trabalho com carteira assinada, alcançando 40.899.685 celetistas ativos, o maior número, desde a Reforma Trabalhista.

Defensores da reforma prometeram a “modernização” trabalhista para criação de milhões de

empregos e a dinamização da economia.

Contrariando o anúncio do cumprimento dessa promessa, o IBGE revelou que a taxa de desemprego (14,7%) do primeiro trimestre de 2021 foi a maior desde 2012. O subemprego, o trabalho informal e o desalento também avançaram, revelando a precarização das relações de trabalho no Brasil.

O ministro reagiu às estatísticas do IBGE, agredindo as instituições e servidores públicos. Para ele, a “modernização” não vem porque o IBGE está na “idade da pedra lascada”, o que é incompatível com ele: um ser da “idade das trevas” saudosos do seu ídolo Pinochet!

Caged

Caged foi criado pela Lei nº 4.923, de 1965, para monitorar a evolução do mercado de trabalho formal. Seus dados provêm de declarações das empresas sobre a movimentação de empregados, mensalmente, com contratos regidos pela CLT.

A declaração ao Caged sobre empregados temporários é opcional. Caged não contempla os servidores da administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal; trabalhadores autônomos e trabalhadores informais.

O Caged é uma fonte de informações estatísticas, com abrangência municipal, cujas informações são fornecidas pelas empresas, até o dia 7 do mês subsequente.

Após a Reforma Trabalhista de 2017, o empregador também precisou fornecer informações sobre o trabalho intermitente, parcial, home office e desligamento por acordo individual,

sem interveniência do sindicato.

Para o então ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, o novo Cadastro adequaria o Caged à nova legislação trabalhista, contribuindo para combater a informalidade, proteger o trabalhador em jornada parcial e instituir o trabalho intermitente.

Essa mudança metodológica no Cadastro, sem compatibilização com a versão anterior a 2017, põe em dúvida a propalada “modernização” trabalhista e reforça a constatação da precarização do trabalho, resultante da Lei 13.467/2017 e da Lei 14.020/2020, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

O descompasso com a metodologia anterior do próprio Caged, a ausência dos sindicatos dos trabalhadores nos atos de desligamento do trabalhador e ampliação do conceito de empregado formal, com a ampliação do trabalho intermitente, parcial e teletrabalho proporcionaram uma “modernização” que

a PNAD revela ser o cerne da precarização do mercado de trabalho no Brasil.

O Caged atual, além de retratar de forma parcial o mercado de trabalho, impede a comparação da situação atual com aquela vigente antes da Reforma da Legislação Trabalhista.

Por isso, o IBGE é alvo sistemático das agressões do ministro da economia. No lugar de registros administrativos abrangentes e/ou confiáveis, o IBGE fornece estatísticas coerentes para alertar a sociedade sobre a degradação do mercado de trabalho, única fonte de renda de milhares de famílias brasileiras.

Recessão econômica, mercado de trabalho deteriorado, queda do nível de renda, altas taxas de desemprego, crescimento da informalidade, desalento, insuficiência alimentar e pobreza são retratos de políticas excludentes que as estatísticas revelam, denunciam e incomodam os trogloditas.●

* É economista e ex-presidente do IBGE

PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS É MAU NEGÓCIO PARA O BRASIL, BOA SÓ PARA A AGENDA DE PAULO GUEDES

A explicação apresentada pelo governo não tem base na realidade. Os Correios, na verdade, têm histórico de lucros.

Sob muitas críticas da oposição, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei (PL) que autoriza a privatização dos Correios. Foram 286 votos a favor e 173 contra. O Projeto de Lei 591/21, do Poder Executivo, autoriza que a iniciativa privada explore todos os serviços postais. A proposta estabelece condições para a desestatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e remete a regulação do setor à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A matéria será enviada ao Senado e em caso de alterações no texto, retornará à Câmara dos Deputados antes de ir à sanção do presidente da República.

O governo pretende realizar o leilão da estatal no 1º semestre de 2022. A justificativa para a privatização dos Correios, estatal que conta com mais de 90 mil empregados, é de que haveria incerteza com relação à autossuficiência e capacidade de investimentos futuros por parte dos

Correios. A explicação apresentada por Paulo Guedes e defendida pela bancada governista não tem base na realidade. A ECT, na verdade, tem histórico de lucros. Nos últimos 20 anos, foram R\$ 12,4 bilhões. Ao todo, 73% desse valor foi repassado para o único acionista da empresa, o governo federal. Diante dos números, a argumentação do governo não se sustenta. Resta saber qual é o real objetivo da proposta, a quais interesses ela atende.●

PARTICIPAÇÃO NOS SETORIAIS É FUNDAMENTAL PARA FORTALECER A ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E FAZER A DEFESA DO POVO



*Gleisi Hoffmann

Os últimos anos foram de extrema importância para a luta política do Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras que vem atuando firme na oposição a Bolsonaro, denunciando o desmonte do Estado promovido pelo governo, e fazendo a defesa da vacina contra a covid-19, emprego e renda para o povo brasileiro. O PT entrou em um crescente processo de renovação das lideranças com ascensão especial das mulheres, negros, jovens e a comunidade LGBTQIA+. E isso tudo se fortalece com a vitória da verdade sobre Lula, que veio esperar o Brasil.

Nesse mês de agosto, os Setoriais do PT iniciam um dos principais processos de discussão nas bases do partido e de organização da militância. A composição dos coletivos, que são um espaço de ligação com os movimentos sociais e amplo debate sobre políticas públicas e posição partidária. No próximo dia 10, estará aberto o credenciamento para que filiadas e filiados, escolham as áreas de atuação e, até o fim do ano, teremos a eleição dos coordenadores e secretários es-

taduais e nacionais e a discussão da pauta de cada coletivo.

Coordenada pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares e Secretaria Nacional de Organização, a construção dos setoriais e das ações envolve militantes em vários estados. Foram realizados mais de 300 encontros preparatórios e as plenárias abordaram temas como saúde, educação, cultura, direitos humanos, esporte e lazer, segurança pública, economia solidária, segurança alimentar e movimento agrário, indígena, racismo, mulheres, LGTBQIA+ sindicalismo, religião, idosos e direitos animais.

A grande mobilização da militância, agora impulsionada pela preferência partidária pelo PT e o crescimento das filiações, que chegou a bater 44%, só aumenta a nossa responsabilidade nas lutas populares, junto aos movimentos sociais e na defesa do projeto que temos para o Brasil e para o povo brasileiro. O PT é a única legenda com tamanha organização que garante a participação das filiadas e filiados e que está em constante processo de formação para fazer o adequado debate do cenário político nacional.

O momento é oportuno para firmar e aprimorar nossas posições e pensar o Brasil. A destruição do Estado e o retrocesso do governo Bolsonaro mostram a necessidade de estarmos ainda mais próximos aos anseios e necessidades do povo brasileiro, que tem na memória o legado deixado pelos nossos governos, do presidente Lula e da presidenta Dilma. O verbo da vez é esperar! Vamos esperar as trabalhadoras e trabalhadores e mostrar que juntos podemos reconstruir o Brasil recuperar a democracia, a vida digna para o povo e a soberania nacional.

Por isso, convido as companheiras e companheiros a se engajarem ativamente nessa que é a grande plenária do PT. Vamos nos preparar porque a luta política segue e requer cada vez mais de nós. Vem muita mobilização pela frente, a Conferência de Formação "Paulo Freire", o Congresso da Juventude do PT, a Campanha PT Solidário e os atos Fora Bolsonaro. Com os encontros dos setoriais, chegou a hora do partido avançar na organização participativa da militância, mobilizando-a para a luta, e se preparar para as eleições de 2022. •

O FANFARRÃO GOLPISTA, MENTIROSO E INIMIGO DA NAÇÃO

A fome voltou, o desemprego campeia e os desempregados e subempregados não veem perspectivas de mudança do cenário. Há gente na fila pedindo ossos em açougues para fazer sopa. Mas para o sub-Trump o que importa é atacar instituições e distrair a mídia e o povo com seus arroubos autoritários, como se fosse dono do País.

Elvino Bohn Gass (*)

Jair Bolsonaro é um presidente corrupto, mentiroso, genocida e golpista. Seus últimos movimentos contra a democracia, com ataques ao voto eletrônico - sistema pelo qual se elegeu desde 1996 e ainda incluiu três filhos na política - , merecem o repúdio de todo o povo brasileiro.

No fundo, as estrepolias autoritárias visam também a desviar a atenção da sociedade dos profundos retrocessos que vêm sendo implementados pela base bolsonarista no Congresso, com ataques frontais aos direitos sociais, trabalhistas e econômicos do povo, privatizações antinacionais, desprezo ao meio ambiente e favorecimento a grupos de criminosos, como os grileiros na Amazônia.

Democracia é poder exercido pelo povo, pelo voto. Qualquer forma de agressão, burla ou ofensa ao processo democrático, antes de atingir instituições, agride, engana e desrespeita as pessoas. Por isso a ameaça ao processo eleitoral constitui uma conduta criminosa: porque põe em risco o direito de o povo continuar exercendo o poder. Bolsonaro, com sua falta de compromisso democrático, atua contra o povo brasileiro.

As falas levianas do presidente

militar sobre o escrutínio eletrônico dos votos, muito mais do que ataques ao Tribunal Superior Eleitoral, a um ou outro ministro, são agressões que ele faz contra todo eleitor. Assim como desprezou a Covid-19 e tornou-se diretamente responsável por centenas de milhares de mortes, Bolsonaro agora debocha do cidadão e da cidadã do País ao tentar torpedear as eleições.

Seus ataques demonstram desespero, que cresce a cada pesquisa que mostra queda de sua popularidade e a preferência do eleitorado para eleger o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para conduzir o Brasil com um projeto de desenvolvimento nacional tolerante, justo socialmente e que respeita o meio ambiente, os povos indígenas e os direitos da classe trabalhadora.

Enquanto o presidente brava-teia, o Brasil acompanha o desastre que é o seu governo. Enquanto ele tenta ser uma espécie de Trump dos trópicos, a realidade é a mais cruel possível contra a classe média e os trabalhadores. Há aumento desenfreado dos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, e a direção militar da Petrobras atropela tudo e anuncia o repasse de lucros bilionários a acionistas, em boa parte do exterior, tudo às custas do povo brasileiro.



Olimpio

A fome voltou, o desemprego campeia e os desempregados e subempregados não veem perspectivas de mudança do cenário. Há gente na fila pedindo ossos em açougues para fazer sopa. Mas para o sub-Trump o que importa é atacar instituições e distrair a mídia e o povo com seus arroubos autoritários, como se fosse dono do País.

Cabe à sociedade reagir. Um manifesto assinado no dia 5 por mais de 250 acadêmicos, empresários, intelectuais, políticos, artistas e outras personalidades da sociedade civil pede respeito às eleições de 2022 e a garantia de realização do pleito, em resposta às ameaças golpistas de Jair Bolsonaro. O texto cita a crise sanitária, social e econômica, as mortes pela Covid-19 e o desemprego. É um avanço, pois entre os nomes estão pessoas de peso do mundo empresarial e financeiro.

Mas só manifestos não bastam. É preciso ir às ruas, com mobilização maciça dos movimentos sociais, sindicais e populares, para que seja dado um basta às tentativas de desestabilização institucional bem como à pauta perversa que tem sido aprovada no Congresso Nacional.

E a saída para tudo isso é: impeachment já!•

*Deputado federal (PT-RS) e líder do partido na Câmara dos Deputados



Reprodução

PEDRO SANCHEZ, CARICOM E GRUPO DE PUEBLA CONDENAM BLOQUEIO A CUBA

Primeiro-ministro espanhol se soma a outros líderes mundiais na crítica ao embargo norte-americano à ilha. Grupo de Puebla declara que política hegemônica dos EUA pode causar prejuízo às relações com América Latina.

O primeiro-ministro espanhol Pedro Sanchez, do PSOE, pediu solidariedade com Cuba e criticou de forma veemente o embargo norte-americano. Em entrevista para a rede CNN, em Los Angeles, o premiê espanhol disse que a Espanha sempre teve uma opinião contrária ao embargo eco-

nômico e reiterou que as soluções para os problemas cubanos são de responsabilidade de suas próprias lideranças.

Pedro Sanchez disse ainda que a pandemia da Covid 19 tem prejudicado muito a economia da ilha, que tem no turismo uma de suas principais fontes de recursos. "A Espanha irá doar 7,5 milhões de doses de vacinas para

Cuba e demais países do Caribe.

A Comunidade de Estados Caribenhos, Caricom, composta por 15 Estados da região exigiu novamente esta semana que cesse as sanções unilaterais estadunidenses de caráter comercial, econômico e financeiro à Cuba. Na oportunidade o Bloco reiterou a posição assumida perante a ONU, em sua Assembleia Geral, onde afirma que o bloqueio que já dura 60 anos, e as dificuldades inerentes a pandemia, tem agravado a situação da população cubana, o que demanda uma solução urgente para o caso.

Além disso, o Grupo de Puebla, organização que reúne lideranças progressistas de 16 países, publicou uma declaração em que manifesta veemente repúdio ao embargo norte-americano à Cuba. O texto informa que "a manutenção desta política hegemônica pode causar graves prejuízos nas futuras relações dos Estados Unidos com a América Latina" e destaca que "cabe exclusivamente ao povo cubano, de acordo com os mandatos constitutivos das Nações Unidas, decidir livre e soberanamente sobre seu destino, sem interferências de quaisquer outros Estados".

O governo Biden tem se mostrado insensível as reivindicações e demonstrado que a troca de governo em Washington não produziu nenhuma mudança na trágica gestão de Donald Trump para América Latina e nas relações com Cuba.

Por outro lado, em meio à tentativa de manutenção do estrangulamento ianque, que já dura seis décadas, México, Rússia e China já se posicionaram publicamente em favor do governo do presidente cubano, Miguel Díaz-Canel, e prometeram fortes investimentos para ajudar o enfrentamento da pandemia e a recuperação econômica da ilha. •



MANIFESTO DO GRUPO DE PUEBLA EM DEFESA DE CUBA

O GRUPO DE PUEBLA

CONSIDERANDO que, segundo a Cepal, o vergonhoso embargo imposto unilateralmente pelos Estados Unidos a Cuba provocou perdas da ordem de \$ 147 bilhões em seis décadas e que, deste montante, \$ 9,1 bilhões provocadas durante a pandemia da Covid-19;

CONSTATANDO que este embargo contraproducente, ilegal e cruel afeta diretamente as condições mínimas de vida do povo cubano, em particular as que dizem respeito à saúde, alimentação, trabalho e educação de 11 milhões de cubanos;

SALIENTANDO que das adicionais 243 regras comerciais restritivas e draconianas impostas pelo governo de Donald Trump à Cuba, 53 delas foram expedidas e aplicadas em plena pandemia, impedindo que o país recebesse equipamentos de saúde essenciais, como respiradores, vacinas e outros suprimentos, vitais para salvar a vida de cidadãos

cubanos;

CONSTANTADO que o referido embargo comercial contradiz abertamente a Carta das Nações Unidas e as normas do direito público internacional, ao impor sanções extraterritoriais a empresas e países que desejam negociar ou investir livremente em Cuba, limitando a geração de divisas necessária para fins elementares de sobrevivência humanitária;

OBSERVANDO que, desde 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, por imensa maioria, 28 Resoluções que condenam clara e veementemente o embargo ilegal e cruel imposto a Cuba e ao mundo pelos Estados Unidos, especialmente o Artigo 32 da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, em particular a Resolução 3.281 de 1974, que dispõe que "nenhum Estado pode adotar medidas econômicas, políticas ou outras de qualquer espécie para coagir outro Estado ou obter dele a subordinação do exercício de seus direitos soberanos, nem buscar

vantagens de espécie alguma";

CONSIDERANDO que Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional, caracteriza a sujeição intencional a condições de vida, tais como a privação do acesso a alimentos ou medicamentos, com vista a causar a destruição de uma parte da população, como crime de "extermínio";

ENFATIZANDO que é inadmissível e incompreensível que, já a partir da terceira década do século XXI, os Estados Unidos sigam orientando sua política externa para Cuba baseando-se em ordens executivas unilaterais e anacrônicas herdadas da Guerra Fria;

CONSIDERANDO que a política externa anunciada pelo presidente Joe Biden, que pretende dar ênfase às negociações, à formação de alianças e ao fortalecimento do multilateralismo, deve ser estendida a Cuba e à América Latina em geral, dando seguimento aos acordos de normalização das relações bilaterais firmados com o governo cubano

durante o governo Barack Obama, do qual o atual presidente Biden fez parte;

RECORDANDO que a melhor forma de consolidar e aperfeiçoar as democracias é o diálogo e as negociações pacíficas, estabelecidas no estrito respeito à soberania dos países; e,

CONSIDERANDO, por fim, que será responsabilidade exclusiva do heroico povo cubano decidir livre e soberanamente seu destino;

MANIFESTA:

I. Seu mais veemente repúdio ao embargo ilegal, cruel e contra-producente imposto, há seis décadas, pelos EUA ao povo cubano.

II. A exigência de que sejam levantadas incondicional e urgentemente as medidas adicionais impostas pelo governo Trump, que hoje impedem Cuba de enfrentar a pandemia de Covid-19;

III. Seu apelo enérgico ao governo Joe Biden a que retome o quanto antes a política de revisão e o fim do bloqueio contra Cuba, iniciada pelo governo Obama;

IV. Que a manutenção desta política hegemônica pode causar graves prejuízos nas futuras relações dos Estados Unidos com a América Latina;

V. Sua firme convicção de que cabe exclusivamente ao povo cubano, de acordo com os mandatos constitutivos das Nações Unidas, decidir livre e soberanamente sobre seu destino, sem interferências de quaisquer outros Estados;

VI. Seu desejo de que as controvérsias e divergências internas cubanas sejam resolvidas por meio do diálogo e da negociação.

VII. Sua solidariedade irrestrita ao heroico povo de Cuba.

Subscrevem:

Ernesto Samper, ex-presidente da Colômbia

Fernando Lugo, ex-presidente do Paraguai

Dilma Rousseff, ex-presidente do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente do Brasil

José Luis Rodríguez Zapatero, ex-presidente do Governo da Espanha

Martín Torrijos, ex-presidente do Panamá

Daniel Martínez, ex-candidato presidencial do Uruguai

Andrés Arauz, ex-candidato à presidência do Equador

Cauhtémoc Cárdenas, ex-candidato presidencial do México

Marco Enríquez-Ominami, ex-candidato presidencial do Chile

Mónica Xavier, senadora do Uruguai

Iván Cepeda, senador da Colômbia

Alejandro Navarro, senador do Chile

María José Pizarro, senadora da Colômbia

Jorge Taiana, senador da Argentina

Esperanza Martínez, senador do Paraguai

Beatriz Paredes, senadora do México

Karol Cariola, deputada do Chile

Aloizio Mercadante, ex-ministro do Brasil

Aída García-Naranjo, ex-ministra do Peru

Gabriela Rivadeneira, ex-deputada nacional do Equador

Carlos Tomada, embaixador da Argentina

Guillaume Long, ex-ministro das Relações Exteriores do Equador

Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil

Ricardo Patiño, ex-ministro das Relações Exteriores do Equador

Hugo Martínez, ex-ministro das Relações Exteriores de El Salvador

Ana Isabel Prera, ex-embaixadora da Guatemala

Carlos Sotelo, ex-senador do México

Carol Proner, jurista brasileira

Camilo Lagos, presidente do Partido Progressista do Chile

Fernando Lugo, ex-presidente do Paraguai

Adriana Salvatierra, ex-presidenta de la Asamblea Nacional del Estado Plurinacional de Bolívia



**GRUPO
DE PUEBLA**

30 de julho de 2021

MÚSICA



NEY 80 ANOS: COMO UM VULCÃO EM PERMANENTE ERUPÇÃO

A ousadia e a busca constante em fustigar o conservadorismo são uma constante na vida e na arte do mato-grossense. Aos 80 anos, o artista permanece mais atual que nunca.

Por Alberto Cantalice

O mato-grossense Ney de Souza Pereira, nascido nos idos de 1941 e que no início da década de 1970, veio incorporar o nome de seu estado natal, ao seu nome artístico, completa 80 anos. Filho de pai militar, o artista que viria se notabilizar no Brasil e no mundo com o nome de Ney Matogrosso, teve um começo alucinante em sua introdução tardia na música popular brasileira.

Optando inicialmente pelo teatro e pelo artesanato, Ney começou a ter contato com o meio musical após sua chegada ao Rio de Janeiro, em 1966. Sempre muito visual, em seus primeiros anos de Rio adotou como *modus vivendi* a filosofia hippie.

Nos primórdios dos anos 70, Ney é apresentado ao compositor e produtor musical João Ricardo, que andava à procura de um vocalista de voz aguda, no intuito de montar um grupo musical: o *Secos e Molhados*. A entrada no grupo, proporcionou uma viragem fundamental na carreira e com seu jeito profundamente plástico e de pouca roupa, colocou em polvorosa os “defensores da moral e bons costumes” da época e deu um verdadeiro nó na censura, em plena ditadura militar.

O grupo, galvanizando um estilo completamente novo na música-estilo que já fazia um retumbante sucesso em musicais com o grupo Dzi Croquettes, liderado pelo bailarino americano-brasileiro Lennie Dale - gravou dois long plays pela antiga gravadora Continental, que chegaram a atingir a marca de 1 milhão de cópias vendidas. Desentendimentos quanto ao estilo de músicas e diferenças financeiras fizeram a formação original se desmantelar, fazendo Ney optar para uma brilhante carreira solo.

A ousadia e a busca constante em fustigar o conservadorismo, tem sido uma constante na sua vida e na sua arte. Suas interpretações de *Rosa de Hiroshima*, do poeta Vinicius de Moraes, *O Vira e Sangue Latino*, ainda nos *Secos e Molhados*, foi uma espécie de *avant premiere* de Ney e uma verdadeira inovação na cena musical brasileira. Nunca, a denominação de showman foi tão verdadeiramente aplicada no país. Dado o magnetismo e o apuro de coreógrafo que Ney Matogrosso, seus espetáculos arrastavam e arrastam multidões.

Seus mais de 30 discos. Todos eles carregando mais de um sucesso compõem um mosaico artístico-cultural, transcendendo a mesmice de outros artistas que permanecem presos a estilos

e formas.

Intérprete privilegiado de artistas como: Chico Buarque, Moraes Moreira, Cartola, Cazusa, entre outros. Acompanhado de banda, onde aprimorava a forma teatralizada e os movimentos do corpo, ou no estilo Voz e violão, sendo célebre a parceria com o excelente violonista Raphael Rabello, no clássico disco *À Flor da Pele*, gravado ao vivo em 1990

O artista sempre investiu no elemento cênico em suas apresentações, se notabilizando também em iluminação. É dele um projeto de iluminação da Fundação Oswaldo Cruz, em 2009 e do Grupo de Dança Palácio da Artes de Belo Horizonte, em 2015.

E agora, depois de 5 décadas de carreira e vários prêmios conquistados Ney Matogrosso aos 80 anos lança pela gravadora Sony Music, o álbum digital *Nu* com a *Minha Música*, e que terá todas as faixas em streaming lançadas até o fim do ano. Além de ter uma biografia sobre sua vida e sua carreira, lançada no mês de julho escrita pelo jornalista Julio Maria e editado pela Companhia das Letras.

São icônicas sua interpretação de *Não Existe Pecado ao Sul do Equador*; *Homem com H*; *Balada do Louco*, *Pavão Misterioso*; *Seu Tipo*, entre tantas outras que compõe a obra de Ney. •

6 de agosto de 1985

É ABERTA A PRIMEIRA DELEGACIA DA MULHER

Na semana de inauguração da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, primeira do gênero na América Latina, a delegada responsável, Rosmary Corrêa, atende a diversas denúncias de mulheres que enfrentam algum tipo de agressão, fato ainda incomum nas outras delegacias.

Até então, a ausência de canais de atendimento específico às realidades femininas no Brasil contribuía para a distorção das estatísticas dos crimes, pois o descaso nas delegacias comuns desestimulava as denúncias.

Esse espaço foi o primeiro passo rumo a outras conquistas, vindas das reivindicações de movimentos e organizações em defesa dos direitos das mulheres, como o SOS Mulher, de São Paulo, e o Conselho Estadual da Condição Feminina, que buscaram expandir a iniciativa para outras cidades.

9 de agosto de 1995

O INFERNO DE CORUMBIARA

Considerado o primeiro grande massacre de trabalhadores rurais após a redemocratização brasileira, o Massacre de Corumbiara marcou para sempre a história do Brasil. Em julho de 1995, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara (RO) havia liderado a ocupação da Fazenda Santa Elina por cerca de 600 famílias de trabalhadores rurais sem-terra. Quatro dias após a ocupação, é determinada a reintegração de posse



10 de agosto de 2000

MARGARIDAS SAEM EM MARCHA POR JUSTIÇA

Mais de 20 mil mulheres do campo realizam em Brasília a primeira edição da Marcha das Margaridas, movimento de luta por igualdade de gênero, combate à fome e à violência. E desde 2003, são realizadas anualmente.

A manifestação recebeu esse nome em homenagem a Margarida Alves, símbolo da luta da mulher pela terra, por justiça e pela igualdade. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB) durante 12 anos, Margarida foi assassinada em 12 de agosto de

1983 por um pistoleiro, a mando de usineiros da região. O crime ocorreu na porta de sua casa, na frente de seu marido e filho.

A Marcha das Margaridas é coordenada pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, composto pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), 27 federações estaduais e mais de 4 mil sindicatos. O ato tem apoio da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Marcha Mundial de Mulheres e da Central Única dos Trabalhadores.

da área pelo juiz da Comarca responsável pela região.

Embora tenha sido constituída uma comissão de negociação com representantes do governo estadual, do poder legislativo estadual e municipal, além do INCRA e do Instituto de Terras de Rondônia (ITERON), durante a madrugada, os trabalhadores foram surpreendidos pela ação violenta de cerca de 200 policiais fardados e

mascarados.

Em números oficiais, o massacre deixou 16 camponeses mortos, incluindo uma criança de seis anos alvejada pelas costas, além de 7 desaparecidos, 55 pessoas gravemente feridas e cerca de 200 pessoas com sequelas físicas e psicológicas. Esobreviventes foram torturadas por longas horas e o acampamento foi destruído e incendiado.

7 de agosto de 2006

SANCIONADA A LEI MARIA DA PENHA

O presidente Lula sanciona a Lei nº 11.340/2006, com o objetivo de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Construído a partir de ampla discussão com a sociedade civil, o projeto, de autoria do Executivo, vinha tramitando no Congresso desde 2004.

A lei homenageava, em seu nome, Maria da Penha Fernandes, vítima de violência doméstica que lutou durante 20 anos, em instâncias nacionais e internacionais, para que seu agressor fosse punido. Com base na denúncia de Maria da Penha, o Brasil acabou sendo

responsabilizado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 2001, por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres. A Comissão recomendou então que se elaborasse uma legislação que defendesse os direitos das mulheres vítimas de violência.

Alguns dos mais importantes avanços da nova lei foram a ampliação do conceito de violência contra a mulher – ao incluir, por exemplo, a violência psicológica e moral –, a instauração de medidas protetivas de afastamento cautelar do agressor e a proibição de penas meramente monetárias – acabando com a prática de estabelecer a doação de cestas básicas como pena, recorrente entre juízes das varas de família.

7 de agosto de 1941

NASCIMENTO DE EDER SADER

O intelectual Eder Sader nasceu em São Paulo no dia 7 de agosto de 1941 e faleceu em 21 de maio de 1988. Foi também um sociólogo e militante político. Perseguido pela ditadura militar, exilou-se no Chile de 1971 à 1973 e, em depois na França de 1974 à 1979. Voltando ao Brasil tornou-se docente de sociologia da USP e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Faleceu aos 47 anos após complicações no HIV que contraiu em uma das transfusões de sangue que fazia em função de sua hemofilia.

12 de agosto de 1912

NASCIMENTO DE ÉDISON CARNEIRO

Foi um dos primeiros intelectuais no século 20 a se comprometer com o estudo sistemático das raízes africanas na formação cultural brasileira. Embora sua obra seja menos conhecida que a de outros autores da época sobre o mesmo tema – como Gilberto Freyre –, ela se destaca pela valorização da população negra no Brasil como agente histórico de transformação, ao mesmo tempo em que a reconhece a partir de

sua própria história, costumes, cultura e rebeldia.

De orientação marxista, sua utopia, contudo, não se deixou levar pela fé num único caminho para o progresso, mas iluminou a busca por um futuro capaz de comportar os diferentes e tão desiguais trajetos no desenvolvimento da história.

Édison Carneiro nasceu em Salvador em 1912. Filho de Antônio Joaquim Sousa Carneiro, professor da Escola Politécnica, formou-se cedo nas principais instituições de ensino da Bahia. Logo aos 17 anos, ajudou a fundar a Academia dos Rebeldes,

grupo de jovens poetas e escritores que reivindicavam “uma arte moderna sem ser modernista” e divulgavam suas ideias na revista “O Momento”. Foi nas reuniões desse grupo que Édison tornou-se amigo do escritor Jorge Amado, com quem iniciou um intercâmbio que duraria por toda a vida – tanto no que diz respeito à militância comunista quanto na descoberta das tradições afro-brasileiras.

Foi militante do PCB, etnólogo, especializado em estudos sobre a cultura afro-brasileira. Morreu no Rio de Janeiro, em 1972, aos 60 anos.

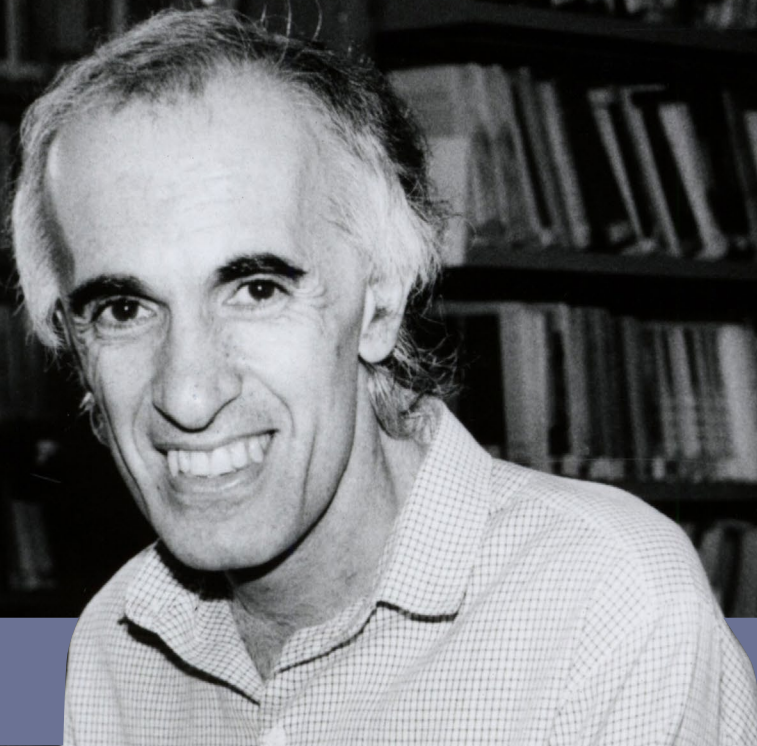
Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula.

Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

Visite o memorialdademocracia.com.br

Eder



Crédito: Lisy Leuba Salum. Acervo: Centro Sérgio Buarque de Holanda/Fundação Perseu Abramo

*Por Emir Sader

O Eder era uma pessoa única. Impossível de descrevê-lo ou defini-lo. Só quem conviveu com ele sabe que tipo de pessoa ele foi.

Circulando por todo o Brasil e inclusive fora do Brasil, sempre encontro pessoas que vem me dizer que conheceram o Eder. Sei que tenho que eles esse sentimento de tê-lo conhecido, de saber quem ele foi.

Eu tive o privilégio de ser o irmão dele e de ter nele o meu melhor amigo. Fomos o Negão - ele - e o Neguinho - eu -, os filhos da Nega - nossa mãe. Vivemos no mesmo quarto da mesma casa os primeiros 20 anos da minha vida. Deitados cada um na sua cama, com os pés na parede, passando a limpo o dia, o Brasil e todo o mundo.

Até hoje, mais de 30 anos da morte dele, tem gente que me chama de "Eder" e quando se dão conta, pedem desculpa, quando eu me sinto bem de ser chamado pelo nome dele.

Uma diferença - que terminaria a definir destinos distintos - para nós, é que, sendo filhos dos mesmos pai e mãe, de forma

inexplicável, o Eder era hemofílico e eu não. Tínhamos a sensação de que ele viveria menos. Mas que não seria tão cedo. Ele foi vítima - como o Betinho e todos os seus irmãos - da Aids, tendo feito transfusão de sangue antes ainda, o que lhe foi fatal.

O Eder sempre foi a referência fundamental pra mim. Ele, quase dois anos mais velho, ia à frente e eu o seguia. Íamos sempre juntos.

Começamos a militância política juntos numa esquina da Brigadeiro Luis Antonio. O Michael Lowy nos deu um jornalzinho da Liga Socialista, com a foto de uns barbudos que tinha derrubado uma ditadura na América Central - naquela época não havia ainda o Caribe por aqui. Começamos a militância com a solidariedade com Cuba.

O Eder se encaminhou para as ciências sociais, orientado pelo nosso tio - Azis Simão, o primeiro professor cego da USP, sociólogo. Que mais tarde orientou o livro clássico - "Quando novos personagens entraram em cena". Eu escolhi fazer filosofia - orientado pelo Jose' Arthur Gianotti.

Militamos juntos, fomos juntos para a clandestinidade. Antes nos

havíamos casado, tido o primeiro filho. Saímos ambos para o exílio. Nos reencontramos no Brasil e convivemos, com o mesmo gosto de sempre.

Até hoje sonho constantemente com o Eder, com a naturalidade como se continuássemos a conversar. Foi e continua sendo o meu melhor interlocutor, para conversar sobre tudo.

O Eder foi um militante político, um professor, um intelectual revolucionário. Mas, por sobretudo, foi um ser humano extraordinário. Extremamente sensível, adorava a música, a literatura e o cinema. Era um marxista de mão cheia. Criativo, antidogmático, formador de gerações de militantes - que até hoje me buscam para manifestar o peso que o Eder teve na vida deles. Eles pertencem a várias gerações, a um grupo enorme que teve o privilégio de ser formado teórica e politicamente pelo Eder.

Eu serei sempre o seu irmão menor, o irmão do Eder. Ele, o meu irmão mais velho, o meu maior exemplo, o meu maior amigo. •

*É um dos principais sociólogos e cientistas políticos brasileiros.



Reprodução

MORRE AOS 84 ANOS FRANCISCO WEFFORT

Cientista político foi um dos fundadores do PT e publicou livros que se tornaram referência para a esquerda brasileira.

Vítima de um infarto do miocárdio, morreu aos 84 anos, no Rio de Janeiro, no domingo (1), o ex-ministro da Cultura e professor titular da USP Francisco Correia Weffort. O cientista político teve participação ativa na campanha das Diretas Já e na luta pela redemocratização.

Weffort foi um dos fundadores do PT e chegou a ser secretário-geral do partido. Permaneceu no PT até 1994, quando decidiu assumir o Ministério da Cultura de Fernando Henrique Cardoso, e publicou livros que se tornaram referência para a esquerda


nacional. Entre suas principais obras estão "Por que democracia?" (1984), "Qual democracia?" (1992) e "Formação do pensamento político brasileiro" (2006).

Em nota, a Fundação Perseu Abramo lamentou a morte de Weffort e destacou a importância dele para o país. "Weffort deixa um legado intelectual e institucional que nos inspira num momento tão difícil para sociedade brasileira", afirma.

No mesmo sentido, o PT destacou que "durante a sua gestão na Cultura foi implantada a Lei do Audiovisual para o financiamen-

to de projetos cinematográficos no país, que é considerada uma grande conquista para o setor", aponta a nota do Partido.

Também por nota, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que "Francisco Weffort foi um cientista político que marcou a academia brasileira, um professor por vocação, e um intelectual público dedicado a pensar sobre a democracia e o Brasil, não só estudando e refletindo sobre nossa realidade, mas também atuando como cidadão pelas causas que acreditava para um país melhor". •



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.



PROGRAMAÇÃO

02/08 a 06/09
segundas-feiras
19 horas, online



Mesas:

02/08 | Abertura: Paulo Freire, vida e obra

09/08 | Paulo Freire e o PT

16/08 | Gestão pública democrática
numa perspectiva freireana

23/08 | Paulo Freire e as políticas
públicas de educação

30/08 | Educação e política em
Paulo Freire

06/09 | Matrizes do pensamento
freireano

TRANSMISSÃO:

 /fundacao.perseuabramo

 /FundacaoPerseuAbramo

